

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - CTC

14.09.2021

* * *

- Abre a reunião o Sr. Rafa Zimbaldi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicação da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

Eu registro, com muito prazer aqui, a presença dos nobres deputados Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Presente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Presente. Deputado Maurici ainda não fez a conexão.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O deputado Maurici está, passou por uma pequena cirurgia, e acho que ele avisou que não pode participar. Não sei se terá outro para substituí-lo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Deputado José Américo, viu, Enio? Se o deputado José Américo puder entrar, ele é o substituto.

Deputado Carlos Cezar, presente, não é, deputado?

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, presidente. Presente, estou presente aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Carlos Cezar.

Deputada Carla Morando, ainda não se conectou. Deputado Cezar também não conectado. Deputado Milton Leite também não conectado. Deputado Rafa Zimbaldi, presente. Deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Presente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado. Deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Jorge Wilson.

Deputado Léo Oliveira ainda não conectado. Deputado Roberto Moraes.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Presente, presente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Deputado Alexandre Pereira ainda também não conectou.

Eu solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - É regimental. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Presidente, rapidamente.

A gente já falou aí antes de começar a sessão, hoje profundamente triste. Nós lamentamos aqui o acidente aéreo acontecido aqui na nossa cidade, em Piracicaba, às 8:50 da manhã, um jato zero quilômetro, pertencente à família Silveira Mello e do grupo Raízen, maior empresa produtora de açúcar e álcool do mundo. Lá estava um dos seus sócios, Celso Silveira Mello, irmão do Rubens Silveira Mello, atual presidente da empresa. Ali estava a sua esposa, Maria Luiza, os três filhos do casal, uma fatalidade: o Celso, o Fernando, a Camila, o piloto, Celso Elias Carloni e o copiloto Giovanni Gullo, inclusive é neto do Roberto Dedine, que é um grande empresário da família Dedini aqui de Piracicaba. Esse avião, na hora que foi decolar do aeroporto Comendador Pedro Morganti, um avião zero quilômetro, acabou batendo ali num barranco, acabou explodindo, e infelizmente os sete vieram a falecer.

Piracicaba está de luto, hoje, presidente. Eu nunca deixei, nos meus 22 anos de mandato, de participar de atividades. Eu saía da Rádio Jovem Pan News quando recebi essa informação. Era amigo pessoal do Celso. E o nosso (Inaudível.), município de Charqueada, ele, o Rubens e a irmã dele nasceram no bairro (Inaudível.), frequentavam inclusive o armazém do meu pai, no bairro do Recreio. Apesar da diferença de idade, o Celsinho já está com 70 e poucos anos, o Rubens acho que tem 70 anos, a gente tem uma amizade realmente muito grande, e hoje eu estou profundamente triste.

Fiquei consternado, estou aguardando a comunicação oficial do grupo. Eu falei com o Rubens Silveira Mello, se vai ter o velório ou não, mas sete pessoas, que são todos da família, são cinco da família e mais os dois pilotos, piloto e copiloto, vieram a falecer, infelizmente.

Então, a gente está aqui deixando nosso ..., que fique registrado em ata aí a nossa mensagem de pesar, o meu depoimento, do deputado Arnaldo Jardim, que ligou logo de manhã, que também é um defensor do setor sucroenergético, como são os deputados aqui da Assembleia Legislativa que defendem esse setor, que cresceu mesmo nessa pandemia.

Então, a gente está aqui lamentando nesse momento a morte do Celsinho, como era carinhosamente conhecido, e como de toda sua família. Infelizmente, todos foram ceifados por esse acidente. Nós estamos realmente muito tristes neste momento. Desculpe o desabafo, não é meu feitio fazer isso aqui na Assembleia, Rafa, mas você sabe que a amizade se sobrepõe acima da questão política, da questão partidária, e o Celso realmente era um grande amigo. É o Celsinho do Costa (Vozes sobrepostas.) Enfim (Vozes sobrepostas.) a liberação.

Obrigado, Rafa. Depois num momento oportuno eu quero falar com o presidente da Artesp. Temos algumas demandas aqui da nossa região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pois não, deputado Roberto Morais.

Também quero externar aqui as condolências a V. Exa. e também a toda a cidade de Piracicaba, ao nosso estado de São Paulo, ao nosso País, pelo que grupo representa aqui no nosso País, que gera muito emprego. Então, quero aqui externar as nossas condolências a todos os familiares, ao grupo, aos funcionários e a toda a população brasileira.

Então, informo a V. Exa. que a presente reunião foi convocada com a finalidade de receber o Sr. Milton Roberto Persoli, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes, Artesp, para prestar esclarecimentos a esta comissão, colocar-se à disposição dos nobres deputados.

Lembrando o seguinte, que nós faremos a reunião virtual, conforme determinação por parte do presidente da Assembleia Legislativa, Carlão Pignatari, que está aqui nos acompanhando. Mas nós estamos fazendo extraordinariamente esta reunião aqui, eu, pessoalmente, e o Dr. Milton aqui presente, no Salão Nobre da Presidência aqui da Assembleia Legislativa. Nós faremos a reunião virtual, conforme determina aqui a resolução da Presidência, mas o Dr. Milton fez questão de estar presente aqui na Assembleia Legislativa. Caso algum deputado, depois da reunião, encerrando a reunião aqui virtual, caso algum deputado queira fazer aqui uma conversa com o Milton, ele estará à disposição dos nobres deputados.

Então, eu solicito para que os deputados que queiram iniciar a fala aqui e aos questionamentos, eu vou passar ao Dr. Milton para que ele faça uma abertura aqui, os cumprimentos iniciais. Eu quero colocar aqui, abrindo aqui para que os deputados depois façam as suas colocações.

O deputado Enio Tatto já se inscreveu. Então, eu vou abrir aqui ao Dr. Milton para que ele faça as suas colocações, e aí depois o deputado, iniciando aí pelo deputado Enio Tatto e demais deputados.

Obrigado mais uma vez ao Dr. Milton, que se dispôs a estar aqui presente conosco.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Boa tarde, presidente, Rafa Zimbaldi, deputado, boa tarde a todos, em especial ao presidente Rafa Zimbaldi, da Comissão de Transportes de Comunicação, aos Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu já queria, e quero nesse primeiro momento já externar as nossas condolências também ao deputado Roberto Moraes. Que leve o nosso abraço aí aos familiares. É um momento muito triste essa perda, uma perda que não tem tamanho, não é deputado? E a família toda foi embora, não ficou ninguém. Então, é muito triste isso, a gente... Nós somos ligados, o senhor também é muito ligado à família, sabemos muito ligado a amigos, a gente sabe quanto dói isso e quanto isso vai causar de dor a essa família toda.

Então, nós também, da Artesp, do governo do Estado, tenho certeza de que falo aqui também em nome do governador João Doria, do próprio vice-governador, de trazer essas condolências aos familiares, ao grupo Raízen. Ontem nós comentamos a importância desse grupo Raízen, dos acessos que eles estão... que estão sendo tratados aqui na Artesp, da importância desse grupo perante o estado de São Paulo, a força que esse grupo tem e a pujança que esse grupo traz aí ao estado de São Paulo. Então, ficam aqui as nossas condolências. Deputado, se o senhor puder levar isso aos familiares, nós agradecemos.

E deputado Rafa Zimbaldi, presidente, é o nosso dever. Nós somos servidores públicos. Eu sou um servidor de carreira, de 40 anos de carreira. Então, servir é isso, é estar presente no momento em que for chamado, no momento em que for necessário prestar as informações que forem necessárias, e a transparência é total, nós temos essa forma de trabalho. Então, para nós também é um prazer muito grande estar aqui, estaremos sempre que for necessário, estaremos à disposição dos nobres deputados assim que for necessário, quando eles entenderem a quantidade, locais, tudo o que for necessário para que seja tratado e seja dada sequência aos pedidos dos nobres deputados aí que fazem a representação das suas áreas, dos seus eleitores.

Então, é para isso que a gente está aqui. Estou à disposição, à disposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Bom, nós temos já alguns deputados inscritos para fazerem as suas colocações. Não sei se eu permito um tempo, uma apresentação antes para fazer.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Se o senhor me permitir, acho que eu vou aguardar os deputados se pronunciarem, e aí a gente, se for necessário, eu trouxe algumas informações aí que possam ajudar um pouco na solução dessas dúvidas que os nobres deputados tenham.

Então, acho que nesse momento inicial, eu só vou ouvi-los, vou tentar responder. Se houver necessidade, eu me remeto à apresentação, e a gente contribui com isso.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Então, o primeiro deputado inscrito, deputado Enio Tatto, para que faça uso das suas palavras e considerações, e perguntas, questionamentos. Depois, o deputado Roberto Moraes, em seguida o deputado Sergio Victor, que é o líder do Novo, que está aqui participando também, e conforme a regulamentação, resolução do presidente - desculpe -, permite aí a participação também dos líderes de partido, e Rodrigo Gambale logo após.

Então, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, presidente. Cumprimentar todos os colegas, deputados aí presentes, minha solidariedade aí ao Roberto Moraes, a toda a família aí dos acidentados nesse acidente trágico de avião em Piracicaba. Cumprimentar o secretário Milton Persoli.

Secretário, eu fui um dos deputados que reclamou sobre o atendimento da Artesp. O senhor sabe muito bem que diversas vezes que eu liguei para o senhor a respeito de uma obra da Prefeitura de Hortolândia, na rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, na SP-101. Inclusive eu recorri ao meu amigo, deputado Madalena, porque o saudoso prefeito, Angelo Perugini, seu secretário Cafu pediram para que o secretário de Transportes também, o Atílio, pediram para que eu entrasse em contato com a Artesp para ver se conseguia agilizar, resolver um problema de adequação nesse local.

Eu entrei em contato com o senhor, passei o protocolo, Protocolo 461051, e duas ou três vezes o senhor me atendeu o telefone, mas não me deu a resposta. Uma das respostas é que dependia de decisões do DER. Aí eu entrei em contato com o DER, eles falaram que dependia de decisão, de aprovação, do que teria que ser feito lá pela

prefeitura, da Artesp. Ou seja, ficou um jogando para o outro. Mas o que eu fiquei mais chateado ainda, e foi motivo de eu reclamar na Comissão de Transportes, reclamar com o presidente, Rafa Zimbaldi, foi de que num determinado momento em frente o secretário já não me atendia mais. Não sei se eu estava sendo tão chato assim em cobrar uma demanda da Prefeitura de Hortolândia. Portanto, ficou em aberto.

E hoje eu falei com o pessoal de Hortolândia novamente, e foram atendidas todas as exigências que foram pedidas, foram feitos testes na rodovia, teste que melhorou o nível do serviço no viário, e foi mandado tudo isso em 20 e..., em julho de 2021, e até agora eles não têm essa resposta. Então, gostaria que o senhor pudesse falar sobre esse caso para a gente tentar resolver, porque a prefeitura fala que já atendeu a todas as exigências, teve testes lá com a Artesp, e eles precisam solucionar isso.

Coincidentemente, só para informar, esse complexo ali, tanto eu e o deputado Rafa Zimbaldi tivemos a mesma ideia, secretário, de dar o nome ao nosso saudoso prefeito de Hortolândia, sempre deputado Angelo Perugini. Ele protocolou, e cinco dias depois eu protocolei com a mesma ideia de homenagear o nosso saudoso prefeito Angelo Perugini, que foi prefeito, acho que três ou quatro vezes, da cidade e foi deputado conosco aqui, Rafa Zimbaldi.

Tanto você, queria parabenizar também, por você ter tido essa ideia - e eu também pensei da mesma forma - de homenageá-lo, e essa seria uma obra que ficaria eternamente essa homenagem para nós. Então, o primeiro caso é esse. Eu fiquei muito chateado, sinceramente, pela não atenção que o senhor me deu, e a própria Artesp. Eu não sei se a gente fala todas as demandas. Acho que é melhor, né deputado?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Eu acho melhor. Deputado Enio, eu acho que seria melhor a colocação aqui. Aí, o presidente Milton responde deputado a deputado, mas com todas as colocações feitas.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Tá. A outra dúvida que eu queria que o senhor esclarecesse é sobre a Rota Márcia Prado, da Capital de São Paulo para o litoral, Baixada Santista. Falo isso, porque foi fruto de audiências públicas aqui na Assembleia Legislativa. Fizemos uma grande audiência pública junto do deputado Zaia, deputado Alencar. Muitos outros deputados participaram, junto com centenas de ciclistas que participaram aqui, diversos grupos, e foi aprovado.

Nós conseguimos desengavetar esse projeto que, se não me engano, era do Walter Feldman. Desde 2018, 2019 foi aprovado, então, eu queria saber em que pé que está isso, porque nós fomos em uma audiência pública em Cubatão e nós fomos cobrados. Os ciclistas nos cobram, porque é uma rota que, todo ano no mês de dezembro, reúne milhares de ciclistas - milhares mesmo, é coisa de 10, 12, 15 mil ciclistas que fazem essa rota tão importante, que sai de diversos locais aqui da Capital de São Paulo e de cidades do interior. Então, como é que está isso?

A outra pergunta, que também a gente sempre é cobrado aqui na Capital de São Paulo, é a questão do Rodoanel Norte: as obras, reinício, cronograma. O governador sempre fala que vai recomeçar, mas a gente não vê movimento de recomeço dessa obra, que é tão importante para a cidade de São Paulo, para o estado de São Paulo.

A outra, que também a gente é cobrado, é sobre a Rodovia dos Tamoios, o trecho da serra que está faltando, que é o trecho dos túneis. Foram paradas as obras, tem problema lá de aditamentos. Que desse informação sobre essa rodovia tão importante para todo o litoral norte, aquela região do Vale do Paraíba, em que a população também nos cobra - eu, que frequento muito aquela região, também.

E a outra, que o deputado Rafa também já percebeu e outros deputados que participaram das audiências públicas: este ano, é impressionante a quantidade de reclamação que a gente está recebendo. Nós fizemos 13, ontem concluímos 13 audiências públicas; a 13ª, de 27 que a gente vai fazer no estado de São Paulo, ontem foi em Mogi das Cruzes. A grande reclamação é a respeito dos pedágios, praticamente em quase todos os lugares. Reclamação de aumento de pedágio e de novos pedágios.

Por exemplo, ontem, foi enfaticamente todo mundo - os vereadores, prefeitos daquela região - dizendo “não” à vontade do Doria, do Governo do Estado de São Paulo, de implantar o pedágio de Mogi à Dutra. Então, a gente sabe que a Assembleia Legislativa não pode mais opinar sobre isso, não decide sobre isso. Isso é coisa da concessionária do Governo do Estado de São Paulo.

E uma explicação: por que tanto aumento de pedágio e por que a criação de novos pedágios num momento de crise, em que todo mundo está tentando ajudar com a sua parte? A gente sempre fala que os deputados aqui da Assembleia Legislativa, o ano passado, nós reduzimos em 30% os nossos salários, até dezembro, e a gente não vê nada das concessionárias, que devem estar ganhando muito dinheiro. O Governo do Estado faz as rodovias, reforma as rodovias, pega empréstimos, deixa tudo bonitinho e entrega na mão delas, para elas cobrarem os pedágios.

Então, por enquanto, são esses itens, para dar o pontapé inicial. Eu tenho certeza de que outros deputados falarão sobre isso também e sobre muitas outras questões. Eu fico por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Enio Tatto. Só reforçando a questão do complexo lá de Hortolândia, da SP-101, agradecer aí e convidar V. Exa. para que assine o projeto da denominação junto conosco. Angelo Perugini, que marcou uma história na cidade de Hortolândia, em toda a nossa Região Metropolitana de Campinas, pela sua história não só como deputado, mas principalmente como liderança lá da nossa região.

Nós estivemos com o secretário Cauê Macris levando exatamente a mesma demanda, mas deixando aqui para que o Dr. Milton nos responda. Eu quero registrar que está presente com a gente aqui, que trouxe um agradecimento especial ao Dr. Milton, o vice-prefeito Diego, de Descalvado, e também o nosso vereador de Descalvado, o Argeu. Os dois estão aqui presentes, então, agradecer a presença deles. Eles trouxeram aqui um abraço ao Dr. Milton pelo atendimento.

Então, eu vou passar a palavra ao Dr. Milton, para que faça as considerações colocadas aqui pelo nosso deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sr. Presidente, antes de o Dr. Milton falar, queria falar para você que concordo, quero ser coautor, quero fazer parte dessa homenagem merecedora do nosso grande amigo deputado, prefeito Angelo Perugini. Amigo, afinal, de todos. Ele não tinha inimigos, né? Todo mundo gostava dele. Infelizmente, perdemos ele este ano. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Com certeza. Que deputado pediu pela ordem aqui? Algum deputado, ou não? Não.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - (Inaudível.) Rafa?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pois não.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Eu tinha pedido para o deputado Enio Tatto, mas, como você vai fazer individualmente uma resposta a cada deputado, eu

aguardo a resposta do Dr. Milton, aí a gente entra para fazer as perguntas, tá bom? Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pois não. Roberto, V. Exa. é o próximo inscrito.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Ok, ok.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Então, eu vou passar ao Dr. Milton e aí, depois, ele faz as considerações colocadas por Vossa Excelência.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Então, Dr. Milton tem a palavra.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Presidente, obrigado. Deputados, principalmente e em especial o deputado Enio Tatto: se vocês me permitirem, eu vou fazer uma curta apresentação para tudo o que a gente tem feito aí com relação ao atendimento aos nobres deputados.

Nós temos uma preocupação muito grande. Eu estou na Artesp há um ano e, há um ano, a gente vem tratando esses atendimentos parlamentares como um processo de alta importância, de alta credibilidade, na verdade, para que a gente possa dar andamento. Não tem pessoas e não tem pedido mais legítimo do que um pedido de um deputado, o pedido de um parlamentar. Esse pedido não é um pedido pessoal. A gente sabe que esse pedido representa algo, alguém, alguma instituição; representa o município, representa uma cidade, representa...

Enfim, ele tem uma representatividade muito grande, então a gente, desde o primeiro momento - os senhores, os mais antigos aí de Casa sabem como é que era esse tratamento, vocês podem depois trazer uma comparação. Da nossa parte, nós temos um especial atendimento, temos uma obrigação e um zelo muito grande com todos os pedidos de todos os parlamentares. Eu vou pedir para o Fernando passar o primeiro slide só, para vocês entenderem um pouquinho. Isso aqui, nós ensaiamos bastante e a gente não consegue. Vocês estão todos observando já, nas telas?

O SR. - Sim.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Então, próximo slide lá, Fernando, por favor. Bom, só para vocês terem uma ideia, Srs. Deputados, nobres deputados: só no ano agora de 2021, no primeiro semestre, nós realizamos 143 reuniões, entre virtuais e presenciais. Na verdade, mais virtuais do que presenciais, mas, à medida que esta pandemia vai perdendo a força, a gente tem também adotado algumas possibilidades de algumas reuniões presenciais, com números reduzidos. Nós temos um protocolo, na Artesp, bastante rígido para isso.

Neste primeiro semestre, nós realizamos 143 reuniões; 210 parlamentares foram atendidos. Nós atendemos 210 parlamentares, entre deputados estaduais, deputados federais, prefeitos, vereadores, presidentes de associações que têm uma representação, parlamentares. Enfim, é um atendimento que nós destacamos pessoalmente. Então, nós temos, dentro desse período, 632 ofícios recebidos.

Então, como vocês podem perceber, a nossa prioridade é o atendimento, sim, ao parlamentar. Nós temos duas pessoas responsáveis por esse atendimento parlamentar. Então, a estrutura não é muito grande, mas é uma estrutura que permite que a gente tenha total gestão sobre esses pedidos. Tem o Fernando, que (Inaudível.) do nosso lado, e tem o Marquesi também, que está aqui ao nosso lado. Ficam responsáveis por esse atendimento inicial, levantamento de todos os pedidos, busca desses pedidos.

Enfim, esse atendimento não se resume, inicialmente, só ao recebimento do pedido, ele tem todo um tratamento. Próximo, por favor. Esse tratamento é feito desta forma: a cada reunião, a cada presença dos Srs. Nobres Deputados, a gente tem uma ficha de acompanhamento, traz o pedido. Então, quando o deputado faz um pedido, a gente já levanta. Nós temos um histórico de todos esses pedidos, então o deputado não chega para ser atendido só naquele momento.

Depois eu vou ver, no momento seguinte, o que é que o senhor está pedindo: eu já tenho um histórico. Nós já temos um histórico de todos os pedidos e isso adianta muito todo o nosso atendimento. Então, para o próprio deputado é importante; para nós também é importante, porque você já vem com um pedido atendido, ou você já tem um histórico do pedido atendido.

Então, isso é uma característica do que a gente está trazendo e está buscando, cada vez mais, aperfeiçoar. Então, é uma ficha de acompanhamento individual de cada

atendimento. Próximo lá, Fernando, por favor. Aqui, nós trouxemos dois exemplos: a deputada Carla Morando e o deputado André do Val.

O SR. - Do Prado.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - André do Prado, desculpe. Aí também tem o nosso controle, aí começamos nossa gestão de atendimento. Principalmente de todos da CTC, nós temos todos os dados de cada parlamentar. Quantidade de ofícios, quantidade de atendimentos, quantidade de reuniões - tem aí, individualmente, de todos os parlamentares da Comissão de Transportes e Comunicações, em especial. Então, tudo isso, a gente tem esse atendimento. Aquele outro arquivo, você tem aí?

O SR. - Não.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Então, só para demonstrar a vocês como nós estamos buscando e como nós tratamos os pedidos dos deputados.

Aqui também, num segundo momento, tem um resumo mais específico de cada ofício, de cada assunto que nós estamos tratando. Então, eu estou pegando o exemplo do deputado que é o presidente da comissão, que é o Rafa Zimbaldi, mas todos os Srs. Nobres Deputados têm o mesmo atendimento, têm a mesma forma de tratamento, têm a mesma forma de atendimento, ou seja, a gente identifica os pedidos, identifica todos os ofícios.

Está aí o deputado Enio Tatto - segura ele, por favor, do Enio; isso. Então, todos os ofícios que foram recebidos, todos os atendimentos que estão sendo dados, os dias em que nós fizemos as reuniões, quais são as reuniões e os andamentos de cada pedido. Então, eu queria deixar registrado que, em momento algum, nós desconsideramos o atendimento com relação aos nobres deputados. Em momento algum esse atendimento deixou de ser prioritário. Em momento algum nós deixamos de dar retorno ao deputado.

Nós temos uma estrutura de gestão dos pedidos. É lógico que esses pedidos têm uma série de desdobramentos técnicos. Na verdade, esses desdobramentos técnicos é que causam, em alguns momentos, essa morosidade, porque eles passam em diversas diretorias. Para finalizar, passo... Pois não, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Só uma questão aqui. Está aparecendo aqui para a gente, na tela, “Lote do Litoral Paulista”. Acho que não está aparecendo a tela.

O SR. - Espera aí.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Desculpa. Esse é um dos itens que a gente vai...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Então, só regular para os deputados aí. Eu não sei se a tela está aparecendo o mesmo para os deputados aqui.

O SR. - Mudou agora?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Eu peço... Agora mudou.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Então, é exatamente dessa forma que a gente trata todos os pedidos dos senhores e senhoras. Os Srs. Deputados todos são catalogados, todos são registrados. Nós temos um acompanhamento de todos os ofícios, de respostas. Naturalmente, esses pedidos são para vocês importantes, e para nós também são importantes.

Então, queria deixar registrado, inicialmente, antes de começar a responder o deputado Enio Tatto, da nossa preocupação, do nosso carinho, do nosso cuidado e do nosso zelo com relação aos pedidos e atendimentos dos nobres deputados. Em momento algum isso deixou de ser prioridade por parte da Artesp. Em momento algum.

Eu, particularmente, trago esta posição - quem me conhece na prefeitura sabe da minha forma de trabalho. Eu tenho uma prática de atendimento aos parlamentares de uma forma prioritária, porque a gente sabe do entendimento, sabe da responsabilidade, sabe do envolvimento, sabe da importância de um pedido de um parlamentar e sabe da necessidade de um retorno. Ele pode até demorar um pouco, esse retorno, porque é como eu coloquei: a maioria são discussões técnicas, são pedidos que envolvem discussões técnicas, análises técnicas, análises de projetos.

Tem projetos que você tem, dependendo do tipo de projeto, nove mil pranchas. Então, esses projetos são aprovados dentro da Artesp. Então, quando você aprova um

projeto executivo com essa qualidade, com esse rigor - que é necessário, que a comissão exige, que nós exigimos, que o contrato exige -, esse processo de aprovação é um processo demorado. Ele passa por diversas diretorias, passa por um parecer da nossa CJ, que é a PGE do Estado.

Então, para ele se concluir, em alguns momentos ele tem uma fase de análise. Essa fase, em alguns momentos é mais simples, e em alguns outros momentos, é muito mais demorada porque ela tem um caráter técnico muito grande. Ela precisa de uma análise técnica, não há condição de nós colocarmos uma análise técnica de uma forma menor do que a gente está praticando hoje. É impossível você tomar uma decisão sem uma análise técnica, ainda mais envolvendo um projeto que envolve uma rodovia, envolve segurança, envolve vidas.

Então, a implantação de um dispositivo, a implantação de um acesso, uma implantação que, por menor ou por maior que seja, ele precisa ser tratado, ele precisa ser estudado, ele precisa ser acrescido de um estudo de tráfego, ele precisa ser enriquecido tecnicamente de informações para que a gente possa tomar decisão. E essa decisão também não é só nossa, essa decisão também passa pela concessionária e passa pelo poder concedente, que é a Secretaria de Transportes. Então, são três níveis de decisões que são tomadas antes da decisão final.

Então, eu peço que vocês entendam que em alguns momentos essas decisões, embora quando se fala que nós estamos em análise e o processo é demorado, é por conta dessas fases de aprovação, que são obrigatórias. A gente não consegue, em momento algum, ter uma aprovação sem ter essa tramitação interna e obrigatória processualmente, porque aí o processo fica em uma condição que não é segura. O processo pode ser inclusive questionado, auditado, e se você não tiver o processo plenamente de acordo com os seus mitos processuais, ele pode ter sua decisão anulada.

Então, é outro momento que a gente tem bastante cuidado com os ritos processuais, porque não adianta depois você ter um trabalho muito grande e você se perder e o processo poder ser questionado e anulado por um erro de processamento de um processo e de um procedimento administrativo inadequado. Então, acho que era isso o que eu queria demonstrar inicialmente, que é o nosso cuidado, o nosso zelo, a nossa preocupação com relação a todos os pedidos dos novos parlamentares. Agora, se vocês me permitem, eu vou falar com o deputado Enio Tatto. Deputado.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - O secretário de Hortolândia é o secretário Atílio, que é um conhecido nosso há muitos anos. Nós temos muito contato com ele, nós temos muita proximidade com ele, é secretário de Transportes. Eu fui assessor do secretário adjunto Adriano, fui secretário de Transportes do município de São Paulo, a gente teve muita participação em eventos em conjunto.

Então, nós temos muito carinho e muito apreço pela cidade de Hortolândia e pelo secretário Atílio. Ele nos pediu esse acesso, é um acesso que sai da Rodovia SP-101 e entra para a cidade de Hortolândia. Ele passa por uma área que é particular, então teria que ser feita uma desapropriação.

Então, quando você faz uma análise dessa área, você tem que trazer também toda essa informação dessa área: quem são os proprietário, se essa área já está com (Inaudível.), se essa área está disponível para obra, se essa área está em condições regulares para poder absorver essa obra. Então, um dos motivos desse atraso, que a gente sempre conversa com o secretário Atílio, é que essa troca de informações cadastrais e cartoriais é que atrasou muito o processo, porque até essa área ser demonstrada que é uma área particular, uma área privada, uma área municipal, isso precisa ser trazido por escrituras, isso precisa ser trazido por processo com toda a sua documentação para que a gente tenha a segurança de aprovar essa obra, além de que existe um estudo de tráfego, que também vem acrescido dessa análise.

Então, quando a gente fala um pouco nessa demora, é por conta disso. No caso dele, do projeto lá de Hortolândia, o estudo de tráfego já foi aprovado, o projeto funcional - que é a primeira etapa da aprovação do projeto - já foi aprovado. Nós estamos em análise agora dos projetos executivos. O projeto executivo é uma fase seguinte ao projeto funcional. O projeto funcional não requer tantos detalhes técnicos, é um projeto, como o próprio nome disse, funcional.

Ele traz as funções e traz a operação da proposta. Então todas as discussões iniciais são tratadas no âmbito funcional. Depois de aprovado, ele passa pelo âmbito executivo. Mas é preciso lembrar também, deputado, que essa relação é entre a prefeitura do município com a concessionária - primeiro acontece essa relação, o projeto é recepcionado pela concessionária, a concessionária analisa o projeto e aí é que ela passa para a Artesp, que se comunica com concessionária e com a prefeitura. É efeito dessa análise tripartite aí.

Também é um processo que retarda um pouco porque ele passa por duas instâncias de aprovação. Nesse caso de Hortolândia, nós já passamos a primeira, que é a principal, que é a funcional, agora nós estamos na aprovação do projeto executivo, que é um pouco mais demorado, trabalhoso, mas é mais fácil que o projeto funcional para aprovação. Porque na aprovação, se fica no funcional, ficam discutindo todas as possibilidades.

E agora você tem já aprovado o que vai se fazer e você tem essa solução. Então, o secretário, estivemos ontem à noite com ele, demos retorno para ele ontem, não sabíamos que o senhor iria fazer essa solicitação, não consta nos nossos ofícios o seu acompanhamento. O que temos aqui é o da Rota Marcia Prado, esse nós temos sim o ofício, mas de qualquer forma nós mantivemos ontem o contato com secretário Atílio para atualizá-lo desse andamento, tá?

Segundo item: a Rota Marcia Prado...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Secretário, me permita só...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não existe impasse, como o DER, que em determinado momento a informação que eu tive deles mesmo foi que eles se reuniram com vocês, se reuniram com o DER e aí ficou o impasse de quem que tinha que (Vozes Sobrepostas.)

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - De quem era a área. Então, é a titularidade da área. A principal condição foi a titularidade da área, de quem é essa área.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Está superado agora.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É, então, esse é o grande problema das áreas dos acessos, deputado. A prefeitura se coloca como dona da área, só que a titularidade, a escritura dessa área, vamos dizer assim, está presa ao DER, é uma área de faixa de domínio de rodovia. Lá atrás, ela foi uma rodovia do DER. Então, originalmente, essa área é do DER, embora a prefeitura tenha toda uma área de conservação, tem até, em alguns casos, convênio com a própria DER, originalmente essas áreas foram do DER.

Então, essas tratativas de identificação, aprovação por parte do DER para confirmar se a área era dela e confirmar a autorização da execução dessa obra. Então, essa fase foi a mais difícil e demora, mas já foi vencida. Nós temos bastante contato no DER, agora é o Caram, mas antes era o Paulo Talhavini, o próprio Leroy, que é o diretor de operações, o Maia, foram funcionários da CET, nós temos muita proximidade com o corpo técnico do DER para poder agilizar.

Nós tomamos essa liberdade de fazer uma reunião quinzenal com a DER para que a gente resolva todos esses pedidos para que não fique tramitando por ofício, tramitando por processo. Se você tramitar por ofício e por processo, você vai ter, no mínimo, um mês de tramitação. Então, essas reuniões que nós fazemos quinzenalmente com o DER é para que a gente ganhe essa velocidade. Então, isso já foi vencido, o DER já foi vencido.

Nós estamos em uma etapa agora de aprovação de projeto com relação a Hortolândia. A Rota Marcia Prado é a mesma coisa. Aquela rota de serviço que sai da Imigrantes e adentra para dentro do Parque Estadual, era uma dificuldade de se entender quem era o proprietário.

A concessionária informava que ela não era a proprietária dessa área. A Dersa fala que lá atrás não era a proprietária, que não era da gente, era do estado. Consultamos a prefeitura. Então, a grande demora foi para identificar a titularidade. Identificando a titularidade dessa área - é área da DER, ela confirmou, trouxe toda a documentação para dentro desse projeto, para a Rota Marcia Prado, que nós temos interesse.

O senhor tem total razão quando se coloca à frente para poder buscar solução. É para nós uma prioridade, os ciclistas para nós são uma prioridade. Os atropelamentos em rodovias são frequentes. Nós tomamos um cuidado muito grande para que isso não aconteça.

A Rota Marcia Prado vai prever em um momento uma travessia em passarela, em uma ciclopassarela sobre interligação. Então, ele sai do lado esquerdo da rodovia, percorre uma ciclovia do lado esquerdo da ciclovia, cruzam por essa ciclopassarela e saem dentro desse parque, e aí eles descem até sentido Cubatão. Essa é a parte rodoviária da Rota Marcia Prado.

Esse projeto tem um custo da ciclopassarela, nos estimamos em um curso de seis milhões, mais ou menos, porque ele tem uma largura, tem alguns pilares, tem um vão grande para ser vencido, que é quando ele passa sobre a rodovia, então ela tem que ser uma passarela estruturada, ela tem que ser mais bem projetada, não é uma passarela

tubular que pode ser colocada lá. Então, a gente está trazendo para lá um projeto um pouco mais estruturado do que vai necessitar.

A dúvida agora: podemos coloca-la no contrato da Ecovias? Nós vamos lançar um edital em paralelo? Acho que não cabe no contrato. Nós fizemos duas consultas lá para ver se conseguiria colocar nesse acordo da Ecovias, mas ele não tem espaço jurídico para se colocar em um acordo Ecovias. A opção que a gente está fazendo agora é talvez o próprio governo do estado licitar essa ciclopasseira, e aí o restante já está dentro do escopo da concessionária executar a ciclovia.

A ciclovia já vai ser executada - ela já tem uma ciclovia, mas vai ser melhor adaptada -, e aí a gente tem a possibilidade de implantar essa Rota Marcia Prado. Nós tínhamos a intenção, deputado, de neste final de ano, como o senhor colocou neste evento que acontece aí, de poder estar com essa solução já equacionada, mas nós não vamos conseguir trazer essa solução já para este final de ano.

A gente tem muita esperança de que, para o próximo ano, essa Rota Marcia Prado já esteja implantada com essa segurança e o ciclista pode sair aqui da região sul de São Paulo. O senhor conhece bem ali pela represa, vai por trás ali, ele acessa a região de São Bernardo, ele cruza, sai na rodovia e aí ele já sai dentro de Cubatão.

Então, essa é uma grande rota, uma rota que tem uma característica turística muito importante, e vai dar uma condição de segurança para o usuário, para o ciclista. É um processo que está antigo, antes de 2019, realmente vocês conseguiram a aprovação em 2019, mas é um processo anterior. Nós estamos conseguindo vencer essas etapas de análise.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A previsão é para 2022, então.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - A nossa previsão é para dezembro de 2022. Esse evento que acontece todo final de ano - o senhor me permite uma correção, é na ordem de 60 a 80 mil ciclistas mais ou menos, e a gente está aí identificando se essa pandemia nesse ano retroceder, nós vamos ter esse número grande de ciclistas. É uma quantidade muito grande e se concentram nesse evento, mas ao longo do ano, tem muita travessia, tem muita utilização de ciclistas.

Então, ela é importante não só para esse evento, ela é importante ao longo do ano essa Rota Marcia Prado, que é em nome da ciclista aí que faleceu em São Paulo vítima de um atropelamento. Nós temos essa previsão, nós vamos deixar o senhor atualizado,

tem um compromisso nosso de qualquer atualização de projeto, dessas informações, nós vamos informa-lo e a gente faz uma videoconferência ou vem até aqui no seu gabinete, o senhor escolhe o modelo pelo qual possamos te atualizar.

Rodoanel. Fizemos a reunião hoje. A intenção do governo é publicar o edital já agora em novembro de 2021. Vamos lembrar que esse Rodoanel foi um projeto do governo lá atrás, ele passou por diversas situações, pedra no caminho, ele teve uma dificuldade muito grande quando ele estava sob administração da Dersa.

Nesse momento, em 2019, eu estava vindo do governo municipal para o governo do estado. O secretário João Otaviano e o governo decidiram cancelar todos os contratos, porque os contratos foram abandonados pelas empreiteiras, os contratos não tinham mais espaço para poder serem cumpridos, então tinha muito questionamento técnico. Então, naquela ocasião, o governo do estado cancelou todos os contratos.

São seis lotes no Rodoanel. De 2019 a 2020, nós contratamos o ITP e contratamos a Fundação Fipe. Ambos fizeram um grande levantamento de todo o processo de obras, tudo que tem de obras lá: “O que está executado foi executado? O que está executado está executado de acordo com o projeto? O que está executado lá foi pago? O que foi pago foi executado? Foi paga alguma coisa que não foi executada?”. Todas essas perguntas e esses questionamentos nós levamos o ano de 2019 e 2020 para completar esse grande relatório.

Nós submetemos isso ao edital, o governo entendeu que não era... A Dersa estava extinta, então passou esse edital para o DER e agora ele tomou uma decisão que é colocar esse edital dentro de uma concessão. O que está sendo tratado agora é que o Rodoanel passe por uma concessão. Então, quem assumir a concessão do Rodoanel assumirá a obra.

É uma obra de grande importância, todos nós e vocês sabem melhor do que eu sobre a importância de área que tem essa obra para o estado de São Paulo, para a cidade de São Paulo. É uma necessidade muito grande que essa obra seja concluída, e ela vai ser concluída e ela vai ser... Nós temos segurança total com relação à sua parte técnica. Toda o histórico da obra, todo o levantamento da obra, tudo que foi executado, tudo que foi gasto, da forma que foi executada está muito segura com relação ao governo do estado todas essas informações. O que está trazendo agora é um trabalho numa concessão: quanto serão as tarifas, se houver tarifa, qual vai ser essa tarifa, quais são os volumes de estudos de tráfego, tudo isso que vai compor um novo edital.

Esse novo edital o Governo do Estado tem e deve lançá-lo agora no final do ano. Acredito que no primeiro trimestre de 2022 nós já tenhamos essa obra, que ela vai ter 24 meses de duração. Tem uma característica agora, deputado, que no lote 6, o acesso ao

Aeroporto de Guarulhos, que era um acesso em Guarulhos, foi suprimida nesse momento inicial da licitação por conta de nós termos desapropriações. O próprio Governo Federal, através da GRU Airport e da Infraero, ainda não autorizou o projeto de chegada do tramo do rodoanel para dentro do sítio aeroportuário, então isso está em discussão.

Então para não prejudicar o projeto como um todo, enquanto aguarda essa decisão, o governo determinou que fosse excluído nesse momento esse tramo do aeroporto. Então nós vamos ter essa construção do rodoanel em 24 meses. Rodovia dos Tamoios: a serra, ela está prevista para ser completa agora no dia 22 de fevereiro. Nós completamos a obra da serra, e mês passado nós assinamos um aditivo a esse contrato completando com a obra do contorno, que é aquela obra lá embaixo, que liga a cidade de Caraguatatuba a São Sebastião. Isso está incluído agora no edital da concessão da Tamoios.

Essa obra tem uma duração de 26 meses, e aí você vai ter em 26 meses essa ligação da serra com as duas cidades. Aí se completa esse grande acesso ao porto e às duas cidades turísticas, tanto São Sebastião quanto Caraguatatuba. É uma obra também importante, o governo deve anunciar agora dia 21 o lançamento da assinatura da ordem de serviço, e nós temos a concessionária Tamoios, está se programando para que seja um prazo menor do que 26 meses. Acreditamos que em 24 meses ela conclua essa obra. E aí nós...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O que termina em fevereiro é o trecho de serra, os túneis.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É o trecho de serra, deputado. Nesse trecho de serra, para o senhor ter uma ideia, eu não sei se o senhor já foi fazer uma visita lá, mas nós temos o maior túnel da América Latina, nós temos um túnel de cinco quilômetros de extensão no trecho de serra. Então a obra da serra tem uma característica técnica impressionante, eu acho que é digno da engenharia nacional aqui, que ela apresentou ao longo desses anos uma dificuldade de execução porque ela é feita na serra.

Então tem uns cabos, eu não sei se o senhor chegou a ver aqueles cabos que transportam os caminhões. Então todos os caminhões e equipamentos foram transportados por cabos. Então é uma obra que trouxe uma tecnologia muito grande para a região, é uma obra que tem uma complexidade técnica muito grande. Mas foram vencidas. Essa obra termina agora em fevereiro de 22. E a obra do rodoanel, do contorno, está junto. Então nós vamos...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Só mais uma perguntinha sobre a Tamoios: quando terminar o trecho da serra os túneis já abrem para a população antes de fazer o contorno, ou tem que esperar terminar tudo?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI. - Não. Já abre para a população, você já tem um acesso provisório que vai dar já utilidade para esse trecho. Não teria sentido também fazer uma obra desse tamanho e aguardar a obra do contorno. Então o senhor tem razão nisso, a gente já tem um acesso provisório já implantado que dá acesso. Você já desce pela serra nova, ou sobe pela serra nova, e sai em Caraguatatuba. Só não tem o acesso a São Sebastião; esse a Rodovia dos Contornos contempla já o acesso a São Sebastião.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - São Sebastião e Ubatuba, não é?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - E Ubatuba, isso. E o lote litoral, de que o senhor vem falando, é um projeto do estado que prevê essa grande obra aí, que sai de Mogi das Cruzes e vai até Pedro de Toledo, no litoral sul. Ele desce pela Mogi-Bertioga, entra à direita em Bertioga, pula Santos, pula Guarujá e Santos, porque esse trecho está sob concessão aí da Ecovias. Eu vou mostrar aí para vocês um slide sobre o lote litoral.

Então esse é o traçado que a gente já havia colocado. Aqui em cima no P4 é uma proposta de uma praça de pedágio, é essa praça que está causando bastante questionamento por parte da Prefeitura de Mogi. Ela questiona um pouco, um pouco, não, bastante sobre a inclusão desse pedágio. O P5 é aqui em baixo no final da serra, já em Bertioga. Então você tem, saindo de Mogi: você desce a serra, entra em Bertioga, passa por Bertioga, aí você tem um outro pedágio, que é em Bertioga, você pula as cidades de Guarujá e Santos, e inicia em Praia Grande, com todo esse litoral sul, passando por Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, e chega lá em Pedro de Toledo, lá, quase em Itariri, lá embaixo, no litoral sul.

Então é uma obra que tem essas características aí, são 213 quilômetros, ela tem três bilhões de investimento, ela tem um Capex de três bilhões, ela tem uma operação que está girando em torno de dois bilhões em termos de operação, tudo vai ser colocado à disposição aí, viaturas, todo o atendimento médico, atendimento mecânico, toda a parte de informações. Tudo isso vai ser colocado aí nessa parte, dois e meio bilhões. A parte

de cima, que é a obra, que é nos três bilhões. Então nós vamos ter... Acho que é o próximo. Aí.

Ela vai trazer esses investimentos. São 97 quilômetros de vias locais, e sete de pistas marginais, mais ou menos. Vamos perceber 26 novas passarelas, vamos ter a conclusão e a reforma de 32 dispositivos novos, dispositivos ao longo desse trecho, 34 quilômetros novos de acostamentos, 128 paradas de ônibus, todas refeitas, e 88 quilômetros de duplicação e 17 de faixas adicionais. Ciclovias: nós temos um grande, um grande... Aí tem mais um pouco de investimento, são 35 obras de mitigação, principalmente na área de serra. E aí são os itens operacionais que vão fazer parte desse lote litoral.

A situação desse lote litoral: ainda em análise, nós publicamos um edital inicial, o Tribunal de Contas do Estado, juntamente com a Prefeitura de Mogi das Cruzes nos fizeram alguns questionamentos, fizeram alguns questionamentos jurídicos. Eles foram vencidos, e o Tribunal nos pede para que os investimentos de Mogi das Cruzes não sejam considerados. Mas de qualquer forma ainda está sob análise do próprio Governo do Estado.

Quem está à frente disso é o nosso vice-governador Rodrigo Garcia; ele tem muito cuidado, tem nos cobrado, e a gente tem feito reuniões semanais com relação a esse lote litoral, da sua implantação ou não, dos seus índices, do que é possível trazer de benefício para Mogi das Cruzes, trazer de benefício também para Itanhaém, que é o que traz aí, exatamente, Itanhaém é outro ponto que está se colocando aí como uma necessidade de investimento grande, isso acho que a gente já conseguiu trazer para o modelo do projeto uma nova possibilidade de inclusão, talvez de um prolongamento de uma ponte lá em Itanhaém.

Mas Mogi ainda está em análise. Então não se tem ainda uma definição exata de o que vai ser desse projeto. Só para vocês entenderem, nós temos, esse projeto tem seis grandes grupos. Estão aí nesse slide, será? Aí. Esse mercado aí. Esses grupos são os grandes grupos que (Inaudível.) vou falar agora, em manter já estudos para poder se apresentar como interessados aí nesse lote litoral. Em particular, minha opinião pessoal, é um projeto que acaba tendo essa dificuldade, tanto em Mogi, quanto em Itanhaém, mas ele traz um grande benefício: ele traz uma infinidade de obras, ele traz um benefício muito grande, que são as construções das vias laterais, principalmente nesses trechos litorâneos. Então nós vamos ter vias marginais construídas, e você vai ter a via expressa. Então todo o tráfego urbano se concentra nas vias marginais. E aí o tráfego rodoviário se concentra no trecho expresso.

Então esse é um grande benefício que eu particularmente trago e defendo um pouco com relação a esse projeto. Então essas cidades são cidades litorâneas, onde você tem esse convívio da população e do comércio, todas no mesmo espaço, junto com tráfego rodoviário. Isso causa um impacto, principalmente nos finais de semana, em feriados prolongados, onde todo mundo convive todo mundo no mesmo espaço. Então a segregação desse projeto trazendo as vias marginais, separando isso, é um grande benefício. Mas todas as passarelas, mas todas as adaptações, as novas interseções, os novos arranjos de cortes e de geometria nas pistas, principalmente na serra de Mogi, enfim, ciclovias, que é um pedido muito grande aí.

Todo o trecho do litoral sul vai ter ciclovias, que é hoje uma grande demanda, quem conhece o litoral sul sabe que a maioria do transporte, como o modal ciclístico é muito utilizado, então isso vai ter muita utilização. Então eu, particularmente, defendo um pouco. Mas temos que tratar, temos que estudar, a problemática do pedágio de Mogi e do pedágio de Itanhaém. É isso que está sendo feito agora, está sob análise técnica do nosso governo junto com o governador. Tem o FC, que é o instituto internacional que teve que ser contratado para essa modelagem, e está simulando várias e várias alternativas aí que o governador tem nos pedido. Com pedágio ou sem pedágio tira, com investimento ou sem investimento, com ponte ou sem ponte.

Então todos os cenários possíveis estão sendo estudados aí para que seja trazida, seja ofertada, a melhor condição, a melhor situação para o usuário. Não tenho a menor dúvida, e eu posso afirmar também que em momento algum o Governo do Estado pensou no projeto como um projeto tivesse um sucesso orçamentário. A preocupação do Governo do Estado é exatamente trazer um benefício ao usuário. Então a sustentação do projeto, é lógico que precisa, os investimentos de três bilhões têm que sair de algum lugar, esses grandes grupos vão estar estudando, vão estar apresentando e construindo esses investimentos.

E a forma de pagamento é a forma do pedágio. Está se estudando uma série de alternativas desse pedágio, desconto diurno, mais desconto do usuário frequente, está trazendo à análise final uma série de possibilidades para que seja adotada a melhor condição e a melhor situação para todos os usuários. Eu acho que era isso que eu tinha que falar, deputado, com relação ao deputado Enio Tatto.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Agradeço aqui a explanação do Dr. Milton. Eu quero lembrar os nobres deputados e também ao Dr. Milton, para que

a gente tente ser um pouco mais sucinto, porque nós temos, às 16 horas e 30 minutos, o nosso prazo se encerra por conta da sessão ordinária, que terá início com a Ordem do Dia às 16 e 30. Então nós temos agora o deputado Roberto Moraes, deputado Gambale, deputado Madalena, deputado André do Prado, e deputado Sergio Victor. Então eu passo a palavra ao deputado Roberto Moraes, para que possa fazer as suas colocações. E aí, mais uma vez, deputado Roberto, e com respeito aos outros deputados também, pedir para que a gente seja o mais sucinto possível, para que todos os deputados possam aí fazer as suas colocações.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Não serei que nem o Nilto Tatto, né, que foi 48 minutos. Serei 47 minutos, está bom? Então, rapidinho. Dr. Milton Persoli, eu quero saber da questão do nosso pedágio, Piracicaba-Charqueada, Piracicaba-São Pedro, Ipeúna-Santa Maria. E quero saber também do senhor algumas colocações aqui. Os (Inaudível.) três quilômetros, sabe aquele filme, Esqueceram de Mim 2? Piracicaba já é o quinto. Deixaram três quilômetros em Piracicaba, fora da concessão da eixo.

Dr. Milton, isso é um absurdo feito pela, não sei se foi o DER, se foi a Artesp, quem foi; mas é um absurdo. E falar que demoraram cinco anos? O prefeito Luciano Almeida já falou: não vai recuperar aquele trecho, que já está duplicado. Sabe quem está apanhando aqui que nem criança, Dr. Milton? Eu. É o único deputado de apoio ao Governo do Estado de São Paulo. Então a questão dos pedágios Charqueada-São Pedro e Ipeúna-Santa Maria, e esses três quilômetros que esqueceram de mim, Piracicaba-Charqueada, que sai ali exatamente debaixo do viaduto da Senador Vital até a ponte do Rio Corumbataí. Esqueceram de nós, Dr. Milton. Pelo amor de Deus.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Se o senhor me permitir, o senhor não deixa eu esquecer, o senhor nos cobra todo dia com relação a isso.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Todo dia, não; toda hora.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Charqueado. Nós fizemos várias reuniões com o senhor, fizemos várias reuniões (Vozes sobrepostas.).

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Dr. Milton, só fizemos uma reunião Piracicaba-Charqueada.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A declarar meu voto favorável ao projeto, que eu estava em outra comissão aqui, que estou acompanhando duas ao mesmo tempo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - O seu assessor me ligou ontem, porque não tinha uma resposta, eu quero isso oficial. Falar que não vai fazer, é uma coisa. É o deputado falando. Eu quero que o Governo do Estado... Nós somos base de apoio do governador. E quem prometeu não foi o Doria, é verdade. Quem prometeu, foi o Marcio França, num vídeo que eu tenho: não teria pedágio. Eu preciso disso oficial. Por telefone, falar que “não podemos fazer nada”? Isso, eu não posso aceitar. Me desculpa.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, não será dessa forma, deputado. O senhor me permite...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Mas foi, mas foi.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Nós estamos numa tratativa. A resposta oficial, ainda não conseguimos dar ao senhor uma resposta final. O que acontece com Charqueada? Ela é constante do projeto da Eixo, da Pipa, que é uma recente concessão rodoviária, a maior concessão rodoviária do estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil, de 1.200 quilômetros de extensão.

Esse contrato foi assinado, nós estamos no primeiro ano desse contrato. O contrato da Pipa prevê, a partir desse primeiro ano, instalação, ao longo desses 1.200 quilômetros, de várias praças de pedágio. Essas praças de pedágio foram construídas e foram elaboradas, lá atrás, pelo estudo de tráfego, estudo da implantação dessa concessão. Então a Artesp...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Mas não foi pela Assembleia?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, não, não. A Assembleia não participou desse estudo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Então eu queria que você confirmasse isso.

Viu, Enio, você, que está me vendo, o Rafa Zimbaldi está me vendo, o Madalena me vendo, e outros deputados. Eles estão acusando que a Assembleia aprovou isso. Isso não é verdade. Isso é mentira.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, da nossa parte, não afirmamos. Talvez a população, algum outro parlamentar da região, tenha atribuído...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - O senhor concorda que não foi pela Assembleia?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, não pode. A aprovação dessa concessão é feita pelo Governo do Estado. O edital da concessão foi aprovado pelo Governo do Estado. O edital foi elaborado pelo Governo do Estado.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Não foi pela Assembleia, é isso?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não. O edital foi feito pelo Governo do Estado. E várias entidades do Governo do Estado que formularam o edital da concessão da Pipa. A Eixo São Paulo foi a ganhadora desse edital. Ela aportou, na época, 1 bilhão de outorga.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Um bilhão e 200 milhões de reais.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Um bilhão e 200 milhões de reais foi de outorga para o vencedor. Ela foi a vencedora. O Grupo Pátria, pela Eixo SP, foi o vencedor dessa concessão. Essa concessão, no primeiro ano, tem um investimento inicial, que é uma recuperação rápida, de toda a pavimentação e sinalização. Ela tem 30 anos de duração. Nos primeiros 10 anos, é onde ocorre o maior número de investimentos, ampliações, readequações, transformações de dispositivos, duplicações.

Então, ao longo desses 10 primeiros anos é onde acontece a maior massa de investimentos. E também, a partir do segundo, terceiro ano, depende do projeto mas, nesse caso específico, é a partir do segundo até o quinto ano, estão sendo implantadas as

praças de pedágio. Então, entre Charqueada e Piracicaba, estão previstas, inclusive, várias obras de duplicação.

Então, o que acontece com o pedágio de Charqueada? É um pedágio que está muito próximo da cidade. Então o morador de Charqueada, esse pedágio, foram estudadas todas as situações até onde eu sei, por parte da Artesp. Mas eu estou há um ano aqui. Mas, a forma de apresentação, no edital de concessão, é basicamente a mesma.

As fórmulas de estudo, as demandas, localizações, tudo isso é feito por um grande organismo de estudo, que foi o IFC, que é um organismo internacional, junto com diversas consultorias, para se montar esse edital. Então, quando se montou esse edital, a distribuição dessas praças de pedágio varia de acordo com as demandas. Então, no caso de Charqueada-Piracicaba, eu estava até chegando na secretaria, esse pedágio foi até mudado um pouco de posição, lá atrás, antes da implantação.

Então ele já mudou de posição antes da implantação. Até o senhor estava presente nessa manifestação grande, dessa possibilidade. Enfim, eles foram implantados, e Charqueada está muito próximo desse pedágio. Então o morador de Charqueada já sai para a rodovia, para ir um pouco mais para a frente, para Piracicaba ou voltar...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Já sai pagando.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Já sai quase que pagando.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Quase, não: pagando.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É, e o que é dado a ele como benefício? É dado a ele uma possibilidade que se chama desconto de usuário frequente. Quanto mais ele usa a rodovia, mais desconto ele tem.

Então isso é para o usuário que vai e volta todo dia, que usa a rodovia várias vezes. Então esse desconto é progressivo. À medida que ele vai usando a rodovia, ele vai ganhando esse desconto progressivo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Doutor Milton, e quem não usa diariamente, como é que fica?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Ele paga o valor do pedágio. Isso é um problema que ele vai ter que arcar. Então, o que ficou acertado para a gente estudar, que foi um pedido do senhor? A possibilidade de trazer uma isenção para o município de Charqueada.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Isso, exatamente.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Quando o senhor fala em isenção, é um estudo complexo. Não é um estudo simples. Quanto é essa isenção? Quantos são os veículos que serão beneficiados por essa isenção? Quanto isso vai provocar de desequilíbrio no contrato? Isso vai trazer desequilíbrio, ou vai trazer equilíbrio? Então, todos esses fatores, porque isso é regrado por um contrato. Essa concessão é regrada por um contrato. Então, esse contrato...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Doutor Milton, doutor Milton, eu estou te interrompendo. Eu sei disso. Só que, assim, eu nasci no município de Charqueada, no bairro de Recreio, com muito orgulho. Na época da campanha eleitoral, o nosso apoio foi para outro governador do Estado, que falou que não teria pedágio.

Hoje as pessoas da oposição usam esse vídeo, dizendo que eu falei que não teria pedágio, e tem pedágio. Eu queria saber do senhor exatamente o seguinte. O que pode ser feito, ou não pode ser feito? Se o senhor falar que não pode... Nós tivemos um manifesto no último domingo, tanto em Charqueada como em São Pedro, que foi impedido por uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça, pelo...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Pela concessionária: interdito proibitório.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Isso. Que foi autorizado pelo fórum de São Pedro, impedindo a manifestação dos populares. Quero saber o seguinte. Existe a possibilidade, ou não, de fazer alguma coisa? Eu já pedi ao Rodrigo Garcia, que é meu amigo, foi nosso deputado, foi nosso presidente da Assembleia. Inclusive o Enio Tatto, que está nos vendo aqui, ele sabe disso. Eu queria saber o seguinte. Existe alguma possibilidade, ou não?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Existir a possibilidade, existe. Só que tem que ser estudada. Outra imposição, que o contrato traz, é que, qualquer alteração que seja feita no contrato, ele tem um prazo. Os contratos novos, agora, chamamos de revisão ordinária. Essas revisões são a cada quatro anos.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - O senhor me falou que era a cada cinco, da última vez.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, quatro anos.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Diminuindo um ano, já está bom. Já passou dois anos e meio. Que bom.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Para qualquer alteração que for trazida para o contrato, essa é uma tese, deputado. A primeira tese é o seguinte. Nós podemos celebrar um TAM, que é o termo de ajuste do contrato, antes desse prazo contratual de quatro anos? Essa é uma tese que o Jurídico está estudando se pode ou não.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Eu queria saber se pode ou não. Eu não sei.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É o Jurídico que vai nos responder, e eu respondo ao senhor. Então é o Jurídico que vai trazer o impedimento do contrato. Eles estão estudando para ver se o contrato comporta eu realizar essa alteração no contrato agora. Ou não, se o contrato não permite, e só vai ser permitido na revisão quadrienal.

Então, daqui a quatro anos, já se passou um ano e meio, e daqui a dois anos e meio nós vamos trazer essa possibilidade de introduzir essa isenção. Agora, nós temos que calcular e temos que estudar o quanto é essa isenção. Porque, o que acontece? Ao longo do ano, a concessionária repassa ao município o ISS. Então o município recebe da concessionária um percentual do ISS que ele tem direito pelo trecho que ele recebe, frontal à rodovia.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - O senhor pode mandar e-mail, oficialmente para mim, doutor, por gentileza?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Lógico, lógico.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - É roberto@robertomoraes.com.br.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Nós temos todo o seu contato. Alguns prefeitos têm buscado a isenção, trocando esse valor. Ele recebe o ISS da concessionária e paga a isenção para os veículos dele. É uma possibilidade que está sendo estudada.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Então eu aguardo o senhor me mandar isso, tá bom?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Tá bom. Era isso que a gente estava trazendo ao senhor. Que nós temos essas duas possibilidades, que o Jurídico está aguardando, está estudando, para poder te responder.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Com relação aos três quilômetros de Piracicaba?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É a mesma coisa. É o mesmo processo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Doutor Milton, me desculpa. Aquele trecho ali é um trecho concessionado. Não pertence a Piracicaba.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não é concessionado. Me perdoe. A concessão começa três quilômetros para a frente.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - É concessionado. Eu provo para o senhor, pelo DER. Eu tenho a documentação...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É do DER, mas não é da concessão. A concessão começa lá...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Mas foi colocado. “Esqueceram de Mim” número oito.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, não. Não consideraram esse trecho como concessão. Quem fez a modelagem não levou... Deputado, só um segundo. Se fosse da concessão, vamos lá, pela sua tese...

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Doutor Milton, é da concessão.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Se fosse da concessão, ele teria que fazer a manutenção. Não está na concessão.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Então tá bom. Estou te mandando um documento do Danilo Dezan, que é diretor do DER 13, Rio Claro. Ele está te mandando isso hoje. Aquilo pertence à concessão e não pertence a Piracicaba. Eu nasci aqui. Eu conheço...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Tem duas possibilidades. Ou ele é do município de Piracicaba, ou ele é do DER, ou ele é da concessão. São três possibilidades.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Em Rio Claro, do DER. Desculpa. Mas vocês estão totalmente enganados. Vocês esqueceram dos três quilômetros.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não esqueceram. Não está previsto no contrato. (Vozes sobrepostas.) Mas não fomos nós.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Mas não estou falando que foi o senhor.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não é isso. Como que recupera esse erro? Na revisão quadrienal. Eu trago esses três quilômetros para dentro da concessão. Eu vou dar uma cópia para o senhor, explicando que esse trecho não está dentro da concessão da Eixo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Mas esse trecho é da Eixo. Eu falei isso lá com o...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Ele até pode afirmar. Eu vou recepcionar esse documento do senhor, vou trazer isso novamente, e vou devolver isso para o senhor. Pode ser que eu esteja errado. Eu tenho a informação recente, é que esse trecho não pertence à concessão. Esse trecho é do DER e do município.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - É claro que pertence. A rodovia não é do município. Eu não sei onde o senhor nasceu. Eu nasci em Charqueada. O Ricardo Madalena dá risada quando eu falo. Eu conheço a região. Obrigado, doutor Milton. Um abraço.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Deputado, de forma nenhuma eu vou desconsiderar a sua colocação, por favor. Não é isso. É só uma questão de interpretação. A interpretação que eu tenho, e que o contrato acusa, é que esse trecho não é da concessão. O senhor está me trazendo que o DER está apontando que esse trecho é da concessão. Então eu vou recepcionar o documento do DER, vou submeter ao Jurídico, que já tem essa informação, e vou devolver ao senhor.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Doutor Milton, eu já falei isso para o senhor em outra reunião. Eu acho que, assim, tudo o que a gente fala aqui na reunião, parece que aí não tem ata e não resolve. Desculpe, sou muito sincero.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - A reunião de hoje não é informal? A de hoje... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Estou no meu sexto mandato. Quando eu falo, aos meus 62 anos, eu assumo. Tudo isso que eu falo, o senhor fala que não está aí. Então tá bom, então deixa fora.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - O senhor não está me entendendo. Me perdoa.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Estou. Estou entendendo, e muito bem. Toda vez que eu falo, o senhor fala que não está aí.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É uma interpretação que passaram para a gente, de que não está no contrato. Se o senhor está me trazendo a informação, eu vou recepcionar a sua informação hoje. O senhor me traga do DER, que de imediato eu respondo ao senhor.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - O senhor quer que eu mande as relações anteriores para o senhor?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não, de forma nenhuma, não precisa. A gente tem esses contatos do senhor.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - A gente é base de apoio do governo. A gente apanha por isso. E, por causa de três quilômetros de uma rodovia, eu sou obrigado a ouvir isso. Lamentável. Obrigado.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Eu fico aguardando a sua documentação do DER, que o senhor está me trazendo, para a gente te responder e verificar.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Não vão responder porra nenhuma.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Próximo deputado inscrito é o deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Boa tarde, presidente. A todos os colegas aqui da Comissão de Transportes. É um prazer poder estar falando hoje, nessa terça-feira. Doutor Milton Persoli, boa tarde ao senhor e a todos da Artesp. Para a gente estar falando sobre dois problemas, que nos assolam muito aqui na região do Alto Tietê. Eu, com membro desta comissão, fui um dos que votei favorável ao nome do senhor para assumir a Diretoria Geral da Artesp.

Então a gente também tem o direito e o dever de conversar, discutir, debater e questionar sobre ações que a própria Artesp toma pelo estado de São Paulo. Nesse trecho de estrada do litoral, dos novos investimentos, como o senhor agora há pouco apresentou toda a planilha nesta comissão, eu entendi muito bem o que o senhor disse.

Inclusive em referência a Charqueada e ali próximo a de Piracicaba, região de atuação do nosso deputado Roberto Moraes, onde alguns investimentos, que são feitos em rodovias, precisam ter uma contrapartida do pedágio. Partindo desse princípio, quando o senhor mostra o trecho litorâneo, que receberá um investimento de algumas concessionárias que estão pleiteando vencer esse chamamento, essa licitação, enfim.

A gente entende que, para ter uma praça de pedágio, é necessário que elas invistam. E, onde a Artesp se coloca a pôr um ponto de pedágio, uma praça de pedágio, na cidade de Mogi das Cruzes, onde, depois de muita luta, logo no início, quando nós soubemos disso, eu fui um dos deputados que foi até o local, e gravei um vídeo ali, no quilômetro 44, da Rodovia Mogi-Dutra, onde seria instalado, primeiramente, o local onde seria instalada essa praça de pedágio.

Eu quero questionar o seguinte, diretor, que, na Mogi-Dutra, não terá investimentos das empresas, e, caso alguma dessas concessionárias queira investir, não há necessidade. A Mogi-Dutra recebeu já, há quase 20 anos, uma duplicação, por recurso próprio do governo do estado, e continua em perfeita situação de uso. A gente não vê que situações na Mogi-Dutra, que usamos constantemente, com engarrafamentos, com dificuldades no trajeto.

Então, uma instalação de praça de pedágio, ali naquela região, seria, nada mais nada menos, que uma situação de caça-níquel. Porque não há necessidade de colocação, ainda mais que as pessoas que vêm de São Paulo, as que trabalham em Guarulhos, as que trabalham no município de São Paulo, pagariam já um pedágio em Itaquaquetuba, e, dez quilômetros para frente, ou menos, já pagariam um outro pedágio ali na Mogi-Dutra, para acessar a cidade.

Então, ficaria algo desproporcional, e injusto a toda a população. Eu quero dar os parabéns, aqui, ao prefeito Caio Cunha, que não tem se abatido, não tem cansado e não tem desistido de lutar, para que Mogi não receba essa praça de pedágio. Não há o menor sentido em uma instalação de pedágio ali, onde o investimento já foi feito pelo governo do estado.

Claro, o pedágio, a gente sabe que tem alguns locais, eles precisam receber uma certa infraestrutura, a viabilidade de tráfego é péssima, causam muitos

Divisão de Registro de Pronunciamentos

congestionamentos, ainda mais nesse caminho litorâneo, mas em Mogi não há necessidade. Seria algo que a população perderia demais, até porque não é só aquele trecho utilizado pela população, no sentido ao litoral, que a Mogi das Cruzes, a Rodovia Mogi-Dutra influencia.

Eu mesmo, quando acesso a cidade de Mogi das Cruzes, que eu sou de Ferraz de Vasconcelos, eu muitas vezes utilizo a própria Mogi-Dutra para ir até Mogi. Quem é de Itaquaquecetuba, na sua totalidade, praticamente, utiliza também a Mogi-Dutra. Quem é de Arujá, que vai percorrer, para ir até Mogi das Cruzes, que é a nossa cidade referência ali no Alto-Tietê, a gente também utiliza a Mogi-Dutra.

Então, isso seria uma perda muito grande para o município de Mogi das Cruzes, para o suzanense, para quem é de Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, e ali, a gente engloba mais de 1,5 milhão de habitantes. Então, é algo que nós vamos continuar lutando, não vamos nos abater.

A Artesp precisa tomar consciência, eu vi que o senhor já disse que, desse trecho, não foi definido ainda a Mogi, mas como a Assembleia Legislativa não cabe no processo de aprovação desse pedágio, não nos faz parte disso, da nossa legislação, não vai ser votado na Assembleia, a gente quer continuar como político, como deputado, lutando pelo bem estar do povo, e pelo direito que ele tem. Principalmente ao trabalho, e, principalmente, ali, em um acesso onde não existe a menor condição de uma praça de pedágio.

Mais uma vez, parabéns a todas as atitudes da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Por mais que a gente ajude o governo, apoie muitas das ações, mas isso é inadmissível. O governo precisa, também, nessas horas, entender as nossas necessidades, entender que a gente representa diretamente a população, e que nós que seremos cobrados; e é nas nossas casas, nos nossos WhatsApps e telefones, que nós recebemos toda a cobrança de forma direta.

Então, quero, mais uma vez, pedir para que a Artesp retire do projeto, do edital, esse pedágio de Mogi das Cruzes. Porque, se continuar dessa forma, a pressão será muito maior do que já está acontecendo, através da imprensa, através dos órgãos, através de rádio, da TV, enfim, de tudo o que tem sido feito, e a mobilização tremenda, que tem dado efeito. E eu já estou vendo que a Artesp já tem buscado aí, ou, pelo menos, está cogitando outras possibilidades, para não colocar essa praça de pedágio na Mogi-Dutra.

E fazer mais um questionamento aqui, este um pouco mais rápido, que é a nossa cobrança da alça do Rodoanel. A alça do Rodoanel, ali em Ferraz de Vasconcelos, na

divisa de Ferraz com Suzano, no município de Suzano ainda, na Estrada dos Fernandes, propriamente dito, ou ali na SP-66, que é entre a divisa de Suzano e o município de Poá, onde já tem uma alça de entrada, e não fizeram a alça de saída.

Doutor Milton, este foi o questionamento no dia da votação. Votei para o senhor ser escolhido diretor-geral da Artesp, mas esse questionamento, eu vi ali quando o senhor mostrou aos parlamentares que marcaram reuniões com a Artesp, tem ali as minhas pautas, tem a minha fotografia, inclusive. Eu quero continuar cobrando o senhor. Porque nós precisamos ter o Rodoanel. É o desenvolvimento para três grandes cidades, que somam, aí, mais de 700 mil habitantes, conseguirem se desenvolver.

Porque a gente está ilhado. Ferraz de Vasconcelos, Suzano e Poá não têm acesso à rodovia. Não têm acesso ao Rodoanel. Então, o escoamento da nossa produção é muito ruim, e é muito difícil. Os caminhões destroem as nossas vias, nas cidades centrais, então, isso acaba dificultando demais para as indústrias, para a gente conseguir construir novos parques industriais.

Então, eu quero pedir, mais uma vez, que esse projeto saia do papel. Eu sei que, na Estrada dos Fernandes, a gente tem diversas áreas, onde podem ser exploradas como grandes parques industriais. E, precisa sair isso do papel, para vir o desenvolvimento para essa grande região metropolitana, que, muitas vezes, recebe só o ônus, porque ela é o para-choque ali, da Capital Paulista, mas ela precisa receber investimento, para que a gente consiga, não se tornar, ou deixar de ser essas cidades dormitório.

Por exemplo, Ferraz de Vasconcelos, se puxar dados estatísticos, agora, da própria CPTM, coloca aí no Google, a cidade tem 200 mil habitantes. Por dia, nas duas estações, tanto na Central, como na da estação Gianetti, saem para trabalhar de Ferraz de Vasconcelos, 50 mil pessoas.

Então, se a gente tem uma cidade de 200 mil, um quarto dessa cidade vai trabalhar para fora e, a gente não pode totalizar que as 200 mil trabalham, porque têm idosos, aposentados, têm crianças, têm adolescentes que não trabalham. Se um quarto dessa população sai para trabalhar, mais da metade da população empregada da cidade vai para São Paulo, ou para outros municípios, trabalhar. Não consegue ter seu sustento.

Então, isso justifica, mais do que qualquer coisa, o investimento na área viária, na rodovia, no Rodoanel. Eu sei que o projeto inicial é para ligação com rodovias, mas ali tem a Estrada dos Fernandes, tem a SP-66. Já fizeram a alça de acesso de entrada e, quando a gente vê que vai privilegiar muito a população, a gente consegue tramitar

alguma lei, alguma mudança, alguma alteração, para fazer que isso seja possível para a nossa região do Alto-Tietê, que já é tão sofrida.

Não posso reclamar dos demais investimentos que o governo do estado tem feito aqui. O governo do estado tem feito uma ação, de forma muito atuante, não posso negar, mas alguns pleitos nós temos que continuar brigando, e o acesso ao Rodoanel, e, principalmente, o “não” ao pedágio em Mogi das Cruzes, precisa ser uma bandeira de todos os parlamentares, e eu fico muito feliz que os deputados da região, tanto estaduais, como federais, têm lutado por isso. Os vereadores, e todos aqueles que são da classe política, ou lideranças da cidade, a população tem se manifestado.

Obrigado, mais uma vez. A gente faz esse desabafo, porque não tem como aguentar certas pautas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Rodrigo Gambale. Então, passo a palavra ao Dr. Milton, lembrando mais uma vez a questão do horário, que nós temos até às 16 horas e 30 minutos.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Vou procurar ser breve, presidente. Lote-Litoral, deputado. É perfeitamente compreensível, o senhor tem total razão nas colocações aí, em relação a esse prejuízo que traz a Mogi a colocação desse pedágio.

Os investimentos, o senhor colocou, realmente, no trecho da Rodovia Mogi-Dutra, serão pequenos. Onde eles estão mais concentrados é no interior da cidade de Mogi das Cruzes. Para que o senhor tenha acesso, pela Rota do Sol, à direita ali, que o senhor desce a Mogi-Bertioga, e adentra a Rota do Sol, por dentro do município de Mogi, é que se iniciam todos esses investimentos. São na ordem de 300 milhões, os investimentos que estariam colocados dentro do Lote-Litoral para Mogi.

O Tribunal de Contas, por uma decisão do próprio, uma interpelação do próprio prefeito da área de Mogi das Cruzes, pediu para excluir do processo esses 300 milhões de investimento. Então, o projeto está sendo recalibrado com relação a isso.

E o outro pedido que o senhor coloca aí, que o governador tem feito toda essa análise, é exatamente isso, é avaliar o projeto como um todo, com pedágio, sem pedágio, com pedágio menor, com pedágio com várias tarifas, com vários descontos. Todas as possibilidades estão sendo trazidas para análise. Não se tem nenhuma conclusão. Não se tem, em nenhum momento, uma decisão fechada, mesmo porque essa decisão vai ser trazida pelo governo do estado.

Mas eu sou testemunha, e participo de diversas reuniões com o próprio Governo, e ele se manifesta muito preocupado com relação a isso, esses itens, pedágio de Itanhaém e pedágio de Mogi são itens impactantes dentro do projeto Lote-Litoral. Então, fique tranquilo em relação a isso.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Sr. Milton.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - A gente está trazendo para a decisão todos esses argumentos que o senhor colocou muito bem aí, e essa decisão está sendo colocada como uma decisão até que vai trazer uma solução definitiva. Ou se implanta ou não sem implanta. Isso que está sendo estudado agora, neste momento, pelo governador.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Senhor Milton, rapidamente, uma colocação. Como o senhor mesmo disse que, no trecho ali da Mogi-Dutra não terá investimentos...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Dessa ordem, não.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Isso. Antes mesmo desse projeto ter sequência, já deveria ter feito uma avaliação. Porque, quando você coloca um pedágio na Mogi-Dutra, naquele trecho onde não receberá investimentos, a gente já está cobrando de pessoas que nem vão acessar a rota do litoral, as pessoas que simplesmente estão adentrando para trabalhar, que estão saindo para o seu serviço, se for para a Capital, e que não utilizarão essa rota litorânea.

Então, quando o senhor disse que ali não receberá investimentos, já, de princípio, esse pedágio já teria que ter sido colocado em setor na rota litorânea, onde ele já vai receber os investimentos das próprias concessionárias, e ele está sendo antecipado lá, para a Mogi-Dutra, justamente para pegar uma proporção muito maior dessa população, que não tem nada a ver na utilização da rota.

Não estou partindo dizendo assim: “ah, então vamos colocar dois quilômetros para a frente”. Não é nada disso. Mas, só para deixar claro. Não adianta a gente cobrar as pessoas que estão já pagando um pedágio em Itaquaquecetuba, que é divisa com Mogi, e que vão adentrar a cidade de Mogi das Cruzes, e não usar essa rota litorânea, essa rota

litoral, sendo taxadas por algo que elas não farão a utilização de todo o investimento que a concessionária fez.

Então, para partir daí, nós já teríamos que, se colocar pedágio em Mogi das Cruzes, já alterar o seu local de instalação. Eu concordo com o senhor. Como ali não recebe investimento, a gente já precisa estudar que essa praça não fira, e não atinja a população de Mogi das Cruzes e das outras cidades.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Deixa eu só, então, me explicar um pouquinho melhor, deputado. Não é que não vai haver investimento. O investimento na operação existirá. Existirá repavimentação, ressinalização, operação. Tudo isso vai contar como investimento para a rodovia nesse trecho.

É que o investimento maior de obra se dará dentro da cidade de Mogi, que aí é um investimento de 300 milhões, mas esse trecho terá, sim, investimento na outra parte da operação. Todo atendimento médico, atendimento de socorro mecânico, atendimento ao usuário, nova sinalização, nova pavimentação, novos dispositivos de canteiro central, novos dispositivos de painéis de mensagens variáveis, passarelas.

Tudo isso vai ser trazido para esse trecho aí de rodovia, que são quase 40 quilômetros, até o acesso da Rota do Sol. Mas, de qualquer forma, só fechando um pouco, para o senhor entender. Então, isso está sob análise final do governo do estado. Ele está bastante sensível tudo isso, e isso está sendo trazido com estudo técnico. O Lote-Litoral e o pedágio de Mogi são dos itens bastante sensíveis aí à análise e à decisão do Governo.

O segundo item, o senhor me permite, que é a alça de acesso do Rodoanel Norte, do Rodoanel para o município de Itaquaquecetuba, Suzano. Quando o senhor coloca que a decisão está entre a Estrada dos Fernandes e a SP-066, essa decisão já foi superada. A posição que se adotou é que os acessos serão junto da SP-066. Nós já aprovamos um projeto inicial, junto com todo mundo, os prefeitos, a concessionária.

Todos participaram de várias reuniões técnicas, ao longo desses dois meses. Essa decisão já foi tomada. O projeto funcional está sendo trazido pela concessionária. Eu falei hoje de manhã com o presidente da concessionária, da Spmar, que ele termina o projeto funcional na primeira quinzena de outubro, e aí, essa primeira quinzena de outubro já vai trazer esses dois acessos da SP-066, que foram objeto de discussão com todos os prefeitos, com toda a concessão, a Artesp, Polícia Rodoviária.

Esse grupo de trabalho vem estudando há dois meses, mais ou menos, há três meses, essa decisão final. Essa decisão já está tomada, e o processo já está aprovado. Agora nós

vamos aprovar o funcional e, aprovando o funcional, se aprova o executivo, e aí a concessionária já está autorizada a executar essa obra.

Então essa é a informação que eu tenho a trazer ao senhor, mais recente.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Tem uma previsão, uma prévia? Tem uma previsão de início de obra?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Deputado, é uma obra que não é uma obra simples. Não é uma obra pequena. É uma obra que são dois complexos grandes, que vão ser trazidos para o Rodoanel. Eu não tenho como prever o início da obra, mas eu posso te falar. Para a execução do projeto executivo, são quase seis meses.

Depois de aprovado o projeto funcional, um executivo desse porte, que é um executivo grande, tem viadutos, tem coisas de complexidade técnica razoavelmente grandes, o projeto demora uns seis meses para ser confeccionado.

Então, por mais que a empresa seja célere na contratação de uma empresa para executar o projeto, ele, pela complexidade, no mínimo, são seis meses de execução de projeto executivo. Mas o funcionário falou que até a primeira quinzena de outubro está aprovado, vai trazer o projeto já pronto aprovado. Então, nós tomamos a decisão rapidamente aí.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Rodrigo, só nesse assunto uma preocupação grande com muito interesse da população, secretário: se é possível disponibilizar onde há projeto para acesso ao Rodoanel.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Lógico.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Interessa muito uma polêmica lá na minha região, zona sul de São Paulo, um acesso na região de Itapeccerica da Serra. Se puder disponibilizar todos os locais em que há previsão de alça de acesso ao Rodoanel para a gente.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Lógico. Isso é rápido. (Inaudível.)

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - A gente já aciona a concessionária SPMar, já aciona a nossa área de Engenharia e a gente libera para o senhor o que tem de acesso existente e o que tem de acesso proposto para ser executado ou não. Eu já libero isso para o senhor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Lá tem uma preocupação enorme, porque é questão de área ambiental e foi feito um TAC quando construído o Rodoanel e agora há muita informação lá, que o governador fez um decreto e liberou. Só para tirar essa dúvida para a gente.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Está bom. O que o senhor deve estar falando é sobre a liberação quase que recente do governador, não é?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Exatamente, no local, numa SP que vai ser concluída, que é extensão da M'Boi Mirim.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - M'Boi Mirim, isso. Está bom. Eu vou trazer ao senhor essa informação. Deputado Rodrigo Gambale, acho que é isso. Tem alguma dúvida?

O SR. RODRIGO GAMBALÉ - PSL - Muito obrigado. A gente vai continuar em contato para ver o que nós conseguimos em relação aos dois pleitos. Obrigado.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Rafa.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pois não, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Eu (Inaudível.) aguardar resposta. Desculpe, secretário, mas assim, a gente é cobrado diariamente...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Lógico.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Por tudo que a gente faz, então espero que o senhor entenda essa posição da gente aqui, porque a gente é cobrado diariamente.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Perfeitamente, repleto de razão. Fique tranquilo, deputado. Vou tratá-lo com a brevidade mais rápida possível.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Eu nasci em Charqueada, enfim.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Eu sei. A gente sabe da sua preocupação, sabe do seu envolvimento. A gente entende isso; é legítimo.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - A gente apanha todo dia.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É necessário até. O senhor está sendo cobrado todo dia. Eu preciso dar uma resposta sim, fique tranquilo. Eu tenho dificuldade zero com gente.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Só me manda o oficial, está bom?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Zero, zero, zero. Pode ficar tranquilo, deputado.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Obrigado, tchau.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem, deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Eu quero cumprimentar todos meus pares, cumprimentar também o Dr. Milton e dizer, Dr. Milton, em relação a sua colocação sobre o pedágio de Mogi, a gente entende o mesmo

que meus pares. Na verdade, eu tenho certeza da sensibilidade do Governo do Estado de São Paulo em não implementar esse pedágio na cidade de Mogi, porque, na verdade, seria um contrassenso.

A população já está cobrando, cobrando muito, apreensiva, porque não vão utilizar muitas vezes as melhorias nem as benfeitorias e muito menos utilizar a região litorânea; pessoas que precisam se locomover de Itaquá para Mogi e vice-versa. Então, é importante que o diretor leve esse pleito desta Casa, desta comissão.

E outra coisa: eu gostaria de perguntar em relação à alça de Guarulhos, porque parece que vai sair a licitação, mas saindo a licitação para o término do Rodoanel tem que estar inclusa a alça de Guarulhos. Não dá para Guarulhos ficar excluída do Rodoanel. Um município com mais de um milhão e 400 mil habitantes, a porta de entrada e a porta de saída para o mundo, ele ficar onde vai se terminar o Rodoanel e deixar para o segundo plano a alça e a entrada de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Jorge Wilson. Só respeitando aqui, deputado, com todo respeito a V. Exa. que pediu a questão de ordem, que fez a colocação e aproveitou e já fez uma pergunta, nós temos uma ordem de inscrição aqui...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Perdão, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - O próximo deputado é o deputado Ricardo Madalena. Eu vou abrir a palavra para o deputado Ricardo Madalena. Aí com a sua permissão, deputado Jorge Wilson, eu vou pedir para que esse questionamento de V. Exa. o Dr. Milton responda junto com os questionamentos do deputado Ricardo Madalena, se V. Exa. não se importar, só para não furar a ordem de inscrição.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Perfeito, presidente. Eu peço perdão aos meus pares.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Boa tarde a todos. Cumprimentar todos os pares, o Sr. Presidente, Rafa Zimbaldi. A pergunta que eu tenho ao diretor geral Milton Persoli - cumprimentar o Milton Persoli pelo seu trabalho... São três perguntas. Com relação à concessionária Triângulo do Sol, que está atuando na concessão da Washington Luís, que neste mês de setembro nós temos o contrato de concessão sendo vencido.

Quais as providências que a Artesp está tomando com relação ao vencimento deste contrato - se será renovado, se não será renovado - e se por acaso, caso não renove, já estão sendo feitas as tratativas com o DER e em quais condições ele irá receber esta rodovia, o DER, caso não seja renovado?

Segunda pergunta. Eu gostaria de saber a respeito desses descontos que são feitos dessas empresas que prestam serviço na questão das cancelas eletrônicas. O desconto tem um limite ou ele pode chegar a zero? E após essas duas perguntas eu tenho o último questionamento que eu quero fazer após a resposta dessas duas perguntas.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Eu acabei de falar com o senhor. O Triângulo do Sol nós, na última quarta-feira, deliberamos um TAM de sobreprazo para a concessão de seis meses. Esse TAM foi para a Secretaria de Transportes ontem, retornou e deve estar sendo publicada pela Secretaria de Transportes a autorização de um TAM preliminar de característica de seis meses, dando um prazo a mais para essa concessão inicial de seis meses, porque aí a gente conclui todas tratativas que estão se pensando para a concessão Triângulo do Sol.

Então, realmente o senhor tinha razão com relação ao vencimento dela ocorrer agora em setembro e aí a Artesp, junto com o governo do estado, já está publicando uma nova alteração desse vencimento para daqui seis meses para que, nesse intervalo, a gente tome as decisões necessárias e se encontre um acordo com a concessionária.

Está se buscando, está se fazendo um acordo dos reequilíbrios que cada um tem ao longo do contrato. A concessionária apresenta alguns números de equilíbrios e desequilíbrios. O governo do estado tem outros números relacionados às obras não concluídas, ao atraso de obras, enfim, às notificações. Então, tudo isso está sendo trazido nessa análise.

E essa análise, pelo vencimento do contrato ser muito próximo, em setembro agora - acho que venceria no dia 15, deputado - a decisão foi que fosse ampliada por mais seis meses e aí a gente conclui essa tratativa da Triângulo do Sol e chega a essa conclusão

desse valor; se tem valores a serem a serem trazidos por contrato que representem novo prazo ou não.

Então, essa é a informação que eu trago ao senhor com relação ao Triângulo do Sol. Então, acho que nessa semana deve sair já publicado esse autorizo de um prazo excedente de mais seis meses. Com relação aos descontos dos usuários das parcelas, eles não chegam a zero.

Nós temos todo esse trabalho, a gente está terminando um trabalho aí junto com as concessionárias e junto com a Artesp de entender melhor esses descontos e trazer todos esse equilíbrio e todos os bancos de dados que eles estão nos apresentando.

Então, nós estamos validando todos esses dados de descontos, de vazão. Tudo que se refere a desconto e a pagamento de pedágio nós estamos executando agora um grande trabalho de verificação para poder tomar essa decisão, mas até onde eu saiba não existe um desconto zero de concessionárias; a gente está buscando isso.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - E o desconto pode chegar até que percentual sendo um usuário frequente da rodovia?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Se ele for um usuário frequente, a partir da 30ª passagem dele, se eu não me engano, ele passa a ter o desconto de quase 80% do valor da tarifa.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Oitenta por cento?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Oitenta por cento do valor da tarifa.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - E isso é zerado mês a mês?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É zerado mês a mês.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Então, ele pode atingir até 80 por cento. Suposições: se tiver um pedágio de dez reais, ele pode chegar a dois reais no final do mês ou no vigésimo...

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Ele vai obtendo esses descontos frequentes à medida que ele vai usando. Se ele usar uma vez por dia, ele tem até trinta dias. Se ele usar várias vezes, esses descontos são acumulados. Então, se ele atingir a 30ª passagem ele já tem direito a esse valor de oitenta por cento de desconto. E esse desconto é progressivo; ele é calculado progressivamente.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Ok. O último questionamento. Eu gostaria de saber a sua opinião... O senhor é engenheiro civil, é isso?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Sou engenheiro de produção de formação.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - E você tem uma vasta experiência de CET, etc. e tal, SPTrans, é isso?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Eu tenho 40 anos de experiência na CET. Na verdade, eu sou funcionário de carreira desde 1980. Eu tenho uma experiência muito grande área de Transporte. Fiz bastante cursos, tenho uma pós-graduação na USP, duas pós-graduações na área de Transporte e eu tenho bastante ligação com o transporte urbano.

Eu estou tendo agora um pouco de entendimento do transporte rodoviário principalmente em nível de projetos, deputado. O projeto urbano é um pouquinho diferente do projeto rodoviário, mas ele mantém as mesmas premissas de projeto. Então, eu estou só me adaptando um pouco às regras que estabelecem os projetos rodoviários.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Está joia. Eu gostaria de saber a sua opinião, porque o governo indicou para DO - Diretoria de Operações - um advogado. Não tenho nada contra a pessoa desse advogado, que por sinal regeu com maestria o cargo que até então ocupava no Palácio dos Bandeirantes, na Casa Militar, se não me falha a memória.

E agora nós vamos ter uma pessoa aí indicada pelo governo do estado para ser chancelado por esta comissão, um advogado numa área de Operações, que sem dúvida nenhuma caberia a um profissional de Engenharia ocupá-la para poder entender um

pouquinho dos pareceres que podem vir, haja vista que é a principal diretoria depois do diretor geral.

Eu gostaria de saber a sua opinião de nós termos uma pessoa que não tem qualificação para ocupar o cargo, que será arguido provavelmente na semana que vem.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Se o senhor me permite, deputado, nós vamos dividir em dois momentos a qualificação do cargo. Primeiro, a Diretoria de Operações está muito envolvida, como o próprio nome diz, em operações. Aí eu acho que cabe a experiência do coronel Nyakas, a quem o senhor está se referindo como o indicado.

Eu acho que ela se adaptaria porque ele foi da Defesa Civil; ele tem muita experiência na parte de operações. A outra parte que requer ao cargo é a parte de projetos, a parte de decisões, acessos, projetos geométricos, projetos de engenharia, que é um outro requisitante do cargo. Essa me parece que ele teria uma dificuldade maior por ser advogado.

Então, ele não teria intimidade com projetos como nós temos intimidade com projetos. Então, ele teria uma facilidade talvez por ser comandante de Polícia Militar, por ter trabalhado bastante na Defesa Civil. Ele teria uma possibilidade de não ter muita dificuldade na parte operação, mas na parte de projeto eu acho que a qualificação necessária tem que ser um engenheiro sim, um engenheiro que tenha uma formação civil.

Agora, na parte de operação eu acho que a qualificação dele - o senhor está se referindo ao coronel Nyakas, que foi o indicado aí pelo governo - eu acho que ele teria um pouco de dificuldade para interpretar. Ele vai demorar um pouco mais para poder entender. Eu não conheço a qualificação dele na área de projetos, mas se for uma pessoa que não tiver intimidade com projetos, vai ter um pouco de dificuldade sim na área de projetos.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Eu quero aqui perante a comissão, os pares que aqui estão, reiterar a minha posição, que eu fui muito claro como engenheiro que sou e comuniquei o meu descontentamento. E terá meu voto contrário, pois é um cargo de suma importância a diretoria de operações para não ser ocupado por um engenheiro, nem que seja recém-formado. Mas seria de fundamental importância a pessoa ter qualificação e conhecimento técnico específico na área de engenharia.

Nós não podemos ficar aguardando a pessoa aprender a trabalhar com engenharia. Não é disso que nós estamos tendo necessidade neste momento da indicação de suma

Divisão de Registro de Pronunciamentos

importância que é a principal diretoria, depois da diretoria-geral da Artesp. Nós vamos simplesmente ter novamente um diretor que não vai ter a qualificação para o cargo que ocupa, para cancelar aquilo que a área técnica fizer. E não é disso de que nós estamos precisando.

Nós estamos precisando de um diretor que tenha conhecimento específico para discutir com a área técnica os pareceres que virão prontos. Por quê? Nós já estamos cansados de apanhar, como o Roberto Morais disse aqui, como o Enio Tatto disse aqui, para simplesmente cancelar aquilo que a área técnica opinar. E não saber do que se está tratando e simplesmente seguir o ritual que vem de baixo, vamos dizer assim. É importante a discussão neste momento.

Eu vou pedir aqui para que o governo de São Paulo reveja a sua posição, pois nós temos um prazo limite, se não me falha a memória, de 30 dias para a decisão do presidente da comissão, porque senão ele é nomeado automaticamente. Isso é uma das coisas que nós teríamos que mudar nesta Casa, Srs. Deputados que nos ouvem, porque é lamentável. Se não der quórum na semana que vem... Se o presidente puser em pauta e não tiver quórum, na outra semana, por decurso de prazo, será nomeada uma pessoa que não tem qualificação.

E torno a repetir: não tenho nada contra a pessoa que dirigiu, com maestria, a Casa Militar. Sem dúvida nenhuma, poderia ser aproveitado na Segurança Pública ou em áreas específicas militares; enfim, nas áreas em que cabe a graduação que ele preserva durante toda a sua vida, o seu histórico curricular. Então, fica aqui a minha opinião perante os demais pares e também agradecer pelas informações que foram dadas pelo diretor-geral, engenheiro Milton Persoli. E se Deus quiser, na semana que vem, estamos aí novamente com a nossa comissão. Obrigado. Um abraço a todos.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Ricardo Madalena. Lembrando que na próxima semana nós faremos a oitava do coronel Nyakas, indicado pelo governador como diretor de operações da Artesp. Então, nós teremos a oitava para ouvi-lo aí, com todo o respeito às colocações do nosso deputado Ricardo Madalena.

Reiterar as colocações do deputado Ricardo Madalena de que o coronel Nyakas conduziu com maestria a Casa Militar. Trabalho na Defesa Civil que se tornou referência

Divisão de Registro de Pronunciamentos

em todo o nosso país. E aí semana que vem nós poderemos conhecer um pouquinho mais sobre o currículo e sobre as atuações dele nas diversas áreas.

Eu passo a palavra ao deputado André do Prado. Não sei se nosso sempre, meu líder, deputado André do Prado, assim como... (Vozes sobrepostas.) Deputado André do Prado está já online. Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Com a permissão do deputado André do Prado.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu preciso me retirar, pois eu tenho outra atividade a que não posso faltar. Eu só queria agradecer ao secretário pela presença também, mas pedir que ele pudesse disponibilizar aquele resumo, aquele quadro que o senhor fez, nos mostrou no início. Disponibilizar para a comissão, para que a gente pudesse utilizá-lo e estudar melhor. Aquela exposição que o senhor fez.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Ah, tá bom. (Vozes sobrepostas.) Sobre as obras do Rodoanel...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Isso.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Já está disponibilizado aqui para a assessoria do presidente da Casa.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Tá ok. Obrigado. Obrigado, deputado André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Depois, deputado Enio Tatto, nós vamos encaminhar a todos os deputados da comissão e àqueles deputados que assim quiserem, também, essa apresentação. Nós vamos disponibilizar.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Deputado André do Prado tem a palavra.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Primeiramente, cumprimentar nosso presidente Rafa Zimbaldi, todos os nossos deputados da Comissão de Transportes, todos da TV Alesp. E de maneira especial cumprimentar nosso diretor-geral, Milton Persoli, diretor da Artesp, que tem feito um grande trabalho à frente dessa instituição.

Milton, dois assuntos: o deputado Rodrigo Gambale, membro desta comissão... Praticamente, são as duas pautas, também, que eu gostaria de estar falando contigo. Uma é referente ao pedágio, realmente, da rodovia Mogi-Dutra, que é hoje uma pauta que todos nós deputados da região do Alto Tietê - deputados estaduais, federais - nos incomoda muito.

Uma pauta em que a região do Alto Tietê está toda unida hoje: os deputados estaduais, deputados federais, os prefeitos, a imprensa. A sociedade civil organizada, através do movimento Pedágio Não, tem se organizado com muita frequência, mostrando que a sociedade do Alto Tietê, a população que mora nessa região não aceita a instalação do pedágio na Mogi-Dutra, Milton. É uma coisa pacificada, uma coisa que nós temos que ser ouvidos pelo governo.

Se a sociedade não aceita, se a sociedade não quer, todos os setores - é unânime esse pensamento. Todas as cidades estão unidas em cima disso; a classe política, a sociedade civil. Então, eu fiquei muito feliz com a sua fala quando você disse que o governo está revendo novamente a publicação desse edital, numa nova conformidade, ou não publicação. É importantíssimo. Eu acho que nós temos que ter um debate muito maior com a sociedade. Não dá para ser feita uma coisa que a sociedade não aceita; isso não vai dar certo. Nós teremos um embate muito grande.

Eu acho que o governo tem que respeitar uma bancada, aqui, que é formada por mim, pelo deputado Rodrigo Gambale, o deputado Estevam Galvão, deputado Marcos Damasio, que fazemos parte da base do Governo e já declaramos em redes sociais e em movimentos que somos contrários à instalação desse pedágio na rodovia Mogi-Dutra. Porque nós entendemos, a sociedade entende que ela vai atravancar o desenvolvimento da região. Não é justa, naquele local, a instalação desse pedágio.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Como o deputado Rodrigo Gambale colocou muito bem - eu vou ser repetitivo do porquê disso tudo -, vai atrapalhar o desenvolvimento, vai atrapalhar a mobilidade. É injusta, acima de tudo, a instalação, naquele local, dessa praça de pedágio. Então, é importante que o governo tenha sensibilidade, neste momento, de ouvir mais a sociedade. A sociedade não aceita, não quer; não dá para ser enfiado goela abaixo esse pedágio.

Nós sabemos que a instalação da praça desse pedágio, para todo o montante que vai ser feito dessa estrada litorânea, importante estrategicamente em termos financeiros... Ela depende da instalação desse pedágio. Mas a sociedade não aceita. E a sociedade tem que ser ouvida, neste momento, por nós, políticos, que representamos boa parte dessa sociedade. Mas principalmente pela sociedade civil, que tem se mobilizado constantemente, em todos os seus setores, dizendo que não dá para instalar essa praça de pedágio na Mogi-Dutra.

Então, minha fala é nesse sentido. O Rodrigo Gambale colocou muito bem a parte técnica, movimentação do prefeito, dos vereadores. Enfim, toda a sociedade está mobilizada. Então, quando tem essa mobilização total da sociedade, eu acho que o governo vai ter a sensibilidade de ouvir mais, de achar uma forma, neste momento, de suspender essa licitação, esse edital.

Nós sabemos que essa obra é importantíssima, vai impactar muito, principalmente na região litorânea, a cidade de Itanhaém, Mongaguá e as demais cidades, com obras estruturantes, obras que há anos a população espera. Porém, nós não podemos, em benefício de uma outra população, prejudicar uma população que, na minha opinião, vai ser injustiçada pelo local e a implantação desse pedágio. Então, essa tem sido minha retórica desde o início da instalação desse pedágio.

Então, queria retificar aqui... Retificar, não: ratificar. “Retificar”, vão me xingar aqui os professores de português. Mas ratificar minha posição, né, Carlos Cezar, que está rindo aí. Você que é um bom advogado. Em tempo, corrigindo. Da não instalação desse pedágio, que tem apoio não só desses quatro deputados da região do Alto Tietê - e também esqueci de falar do deputado Jorge Wilson, que é de Guarulhos, faz parte também dessa região -, como de outros deputados estaduais desta Casa que já assinaram termos de “pedágio não” naquele local.

Então, é um movimento muito grande, Milton. Você, que é um diretor, eu gostaria que levasse mais uma vez à Artesp, ao governo. Eu tenho feito isso constantemente com o governo, levado essa preocupação da nossa sociedade, política e civil, para o governo,

para que o governo reveja essa decisão, realmente, e mostre um gesto de grandeza de ouvir a sociedade e não instalar o pedágio naquela localização.

E o outro tema também: eu fiquei feliz já de saber, depois de muitas tratativas da alça do Rodoanel, a tão sonhada alça de saída do Rodoanel, da cidade de Suzano à cidade de Poá, depois de grandes embates que nós tivemos, mais de três anos nesse embate... Nós sabemos onde seria a alça do Rodoanel, e desde o início eu me coloquei favorável à SP-66, não por picuinha, mas por entender que a alça na SP-66 é 10% do custo da alça que seria feita na Estrada dos Fernandes. Mas também não sou contra a instalação de uma outra alça na Estrada dos Fernandes.

Porém, nós temos que ser objetivos. Sabemos que o que é mais importante neste momento é ter uma alça. E a alça que é possível neste momento, que deve se encaixar na questão orçamentária, é na SP-66, que vai atender a toda a região do Alto Tietê. E a população espera, sim, há muito tempo. E sabemos que essa alça de saída do Rodoanel vai trazer muito desenvolvimento para a região do Alto Tietê.

E o prefeito Rodrigo Ashiuchi, que é o presidente do Condemat, desde o início está lutando muito. E eu fico feliz de saber que a SPMar já tomou a posição, que realmente vai ser na SP-66 a alça de saída, que já está sendo feito o projeto básico. E depois do projeto básico, aí sim o projeto executivo, como você bem disse - seis meses. Espero que em março, abril do ano que vem a SPMar já possa dar início nas obras da tão sonhada, esperada alça, que vai trazer grande desenvolvimento na SP 66, na região do Alto Tietê.

Tá bom? Então, são essas duas colocações que eu tinha a fazer.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Obrigado, deputado. Aproveitando, o presidente da comissão pediu também: como são as mesmas pautas, quase, do deputado Jorge Wilson, quando o deputado se manifestou, na sua resposta, deputado André do Prado, eu vou procurar englobar a resposta do deputado Jorge Wilson. Com relação ao pedágio de Mogi das Cruzes.

Os senhores têm bastante razão, é um problema que é um ponto bastante sensível do projeto: pedágios em Mogi das Cruzes e o pedágio de Itanhaém. O projeto tem - eu reafirmo como posição minha, pessoal - muita qualidade, muito benefício para todas as regiões. Mas ele tem esse ponto sensível, que são os dois pedágios em Mogi e Itanhaém.

O governador está bastante sensível a isso. Nós tivemos uma reunião semana passada, em que fomos apresentados pelo IFC, que está fazendo o estudo com relação a todas as possibilidades que estão sendo trazidas ao projeto. Todas as possibilidades: com

pedágio, sem pedágio, com pedágio menor, com pedágio maior, com valores maiores, menores, com descontos maiores, descontos menores, descontos noturnos, sem desconto, sem obra, com obra.

Eu confesso que todas as possibilidades estão sendo trazidas para uma análise, para que a gente não possa esgotar totalmente a decisão. Então, quando se toma uma decisão desse porte, eu acho que especificamente o vice-governador Rodrigo Garcia está sendo bastante cauteloso nisso, ele está trazendo todas as possibilidades para que ele possa tomar a decisão correta.

Então, se ele for tomar e quando vai ser tomada essa decisão, vai ser baseada numa decisão bastante técnica e suportada por todos os componentes, analisada de todos os componentes, de todas as formas: com obra, sem obra, com pedágio, sem pedágio, com valores menores, com valores maiores, com descontos noturnos, com descontos diurnos, com desconto de usuário frequente, enfim, com redução de investimento, com aumento de investimento, com supressão de pedágio, todas as possibilidades estão sendo trazidas neste momento para que a decisão que vai ser tomada tenha essa base, tenha essa segurança.

Então pode ficar tranquilo, deputado, que eu sou testemunha disso e eu acho que o governo está bastante sensível a esse ponto, aos dois pontos, que foram com o que ele mais se preocupou, que são os pedágios em Mogi e o pedágio de Itanhaém.

Ele cobrou do grupo de trabalho essas inclusões, essa análise. Então faça uma análise sem o pedágio, faça uma análise com pedágios menores, com valores menores, faça uma análise com valores noturnos, faça uma análise sem pedágio, faça uma análise com investimento, faça uma análise sem investimento em Mogi, faça uma análise com a ponte em Itanhaém, sem a ponte em Itanhaém, com pedágios, com outros pedágios em outras localizações, porque o pedágio é o que sustenta.

Na verdade, o investimento é baseado, logicamente, na tarifa, no pedágio, então ele não pode ser desativado e não pode ser colocado sem ter uma função, porque é ele quem vai sustentar o equilíbrio do contrato, ele que vai trazer esse equilíbrio.

Mas o senhor pode ficar tranquilo, o senhor é testemunha disso, o senhor já esteve lá falando com o governador, a gente se encontrou várias vezes no gabinete do próprio vice-governador, onde o senhor se manifestou, todos os deputados vêm se manifestando muito com essa preocupação. Ele não está insensível a isso, não.

Então a decisão está próxima, me parece, a gente está finalizando mais uma semana de análise desses estudos que ele pediu, ele pediu outros complementos de estudos para

poder trazer mais uma análise. E a cada semana ele traz novos pedidos para que a gente introduza novas análises para as decisões serem trazidas com bastante segurança.

Com relação à alça de acesso do Rodoanel, o senhor tem razão. A gente já conseguiu finalizar essa possibilidade de ser na Estrada dos Fernandes ou na SP-66, que era uma discussão antiga, todos os lados estavam se posicionando tecnicamente favoráveis a um dos dois lados. A gente conseguiu, inclusive o senhor, o deputado Rodrigo Gambale, todos esses parlamentares, junto com os prefeitos, trazer uma discussão mais técnica e apresentar propriamente uma solução. Essa solução foi apresentada por todos vocês e nos ajudou muito com relação à velocidade dessa decisão.

Uma vez definido o acesso na SP-66 foi feito um croqui conceitual, a concessionária apresentou. Foi com base nesse croqui conceitual que foram discutidas todas as possibilidades. Isso já evoluiu com o projeto base, porque é um projeto funcional.

A concessionária, hoje eu falei com o presidente da concessionária, ela nos garantiu que até a primeira quinzena de outubro esse processo funcional, o projeto vai estar aprovado, já vai estar sob a aprovação da Artesp. Nós temos uma aprovação rápida lá e já encaminhamos o projeto executivo.

Aí, pelo porte do projeto, pela complexidade, porque não é simplesmente uma alça de descida, tem um tramo ainda para diminuir impacto na chegada, na rotatória em Suzano. Tem outra conformação lá que vai deixar tecnicamente o projeto um pouquinho mais, uma dificuldade de execução só, não tem nenhuma impossibilidade.

Isso vai trazer esses seis meses que nós estamos pedindo e que foi apresentado pela própria concessionária como prazo máximo para elaboração do projeto executivo, que traz todas as soluções, traz valores. Quando você traz, apresenta um projeto executivo nós já estamos pedindo para a concessionária trazer o projeto executivo já certificado e isso já vem, o certificado já vem com uma aprovação de uma empresa certificadora.

Isso traz segurança para o projeto, traz segurança para a concessionária, traz segurança para a Artesp, traz agilidade para a Artesp na análise do processo já certificado por uma empresa certificada, já qualificada e habilitada junto à ABNT, junto ao Inmetro.

Então, quando você faz uma análise do projeto certificado você já tem uma garantia, você tem uma tranquilidade melhor para análise mais rápida, então nós vamos já trazer essa possibilidade para dentro desse processo, aí a gente já trata como uma situação definida e agora é só perseguir esses prazos, ser ágil no cumprimento desses prazos.

Em paralelo a isso nós já estamos estudando junto com a concessionária o termo que vai dar cobertura jurídica para a execução dessa obra, mas a gente acredita que esses

prazos já preestabelecidos vão ser cumpridos e mais uma etapa de um pedido que tem um grande interesse, uma grande necessidade, que estava represada e, graças a vocês, a gente conseguiu e está conseguindo dar velocidade e atendimento a ele.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, Milton. Obrigado, presidente.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Só complementando, o deputado Jorge Wilson fala sobre a alça do Rodoanel no aeroporto. Deputado, essa alça ainda não está impactada no projeto, ela só está aguardando a confirmação do governo federal, da Infraero, do GRU Airport e da própria cidade de Guarulhos com relação à desapropriação.

Então são itens que poderiam impactar um pouco na análise do Rodoanel, ele foi deixado para um segundo momento. Em um primeiro momento se implanta esse lote com seis... Ou é nesses seis lotes, é um lote único. E o segundo momento já é essa segunda alça, já vai estar, inclusive, no próprio edital. Esse edital vai constar como alça de acesso a ser executada posteriormente. Então ela não vai deixar de ser executada.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, Dr. Milton, obrigado, deputado André do Prado. Lembrando o seguinte, que nós temos mais o deputado Carlos Cezar para falar. Deputado Sergio Victor, nós temos apenas, praticamente, meia hora. Eu também teria algumas colocações... (Vozes sobrepostas.)

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Serei breve, presidente. Serei breve.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - ... colocar aqui ao final da reunião, vou colocar aqui os meus questionamentos e, depois, vou deixar para que o Dr. Milton me responda pessoalmente aqui, depois eu passo para aqueles que me demandaram.

Pedir desculpas que o computador do Dr. Milton às vezes escapa imagem, fecha a câmera sozinho, mas a gente vai tentando aqui resolver esses problemas.

Deputado Carlos Cezar tem a palavra, lembrando que nós temos 30 minutos. Deputado Sergio Victor e deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - O deputado Sergio Victor está inscrito na minha frente, pode passar para ele.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Obrigado, presidente. Obrigado, deputado Carlos. Cumprimento a todos os colegas, cumprimento o Milton da Artesp. Obrigado. Eu vou ser breve, presidente. Várias das perguntas que eu teria já foram respondidas.

Milton, obrigado, de novo, pelo tempo concedido aos deputados. A gente sabe que a pandemia fez com que os transportes intermunicipais, em sua grande parte, fossem paralisados, obviamente, gerando vários problemas para o transporte entre cidades.

Dentro da competência da Artesp para auxiliar nessa retomada e dar mais acesso aos consumidores a linhas, como que a Artesp tem trabalhado? Existe alguma medida regulatória da Artesp para atrair as empresas e mantê-las abastecidas, todas as linhas intermunicipais, como flexibilização de horários, de atendimento, de abertura de mercado para novas empresas? Que tipos de medidas para redução de custos para o transporte intermunicipal a Artesp tem tomado?

Da minha parte é só isso, presidente. Obrigado. Devolvo a palavra.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Obrigado, deputado, pela pergunta. A Artesp tem se preocupado sim. Nós, recentemente, publicamos um reajuste de 10% para os ônibus intermunicipais e 15% para os ônibus de fretamento. Os estudos iniciais apontaram um valor muito superior a isso, se eu me recordo é na ordem de 60% o reajuste nos intermunicipais e 130 no fretamento, então dariam valores bastante expressivos de reajuste.

E nós tivemos, o Governo do Estado teve uma negociação com o sindicato, o (Inaudível), e que conseguiu trazer um reajuste que fosse plausível, seguro para os próprios usuários, porque todos nós estamos identificando ainda essa necessidade dos transportes intermunicipais.

O senhor tem razão quando o senhor fala da flexibilização dos horários, é uma busca constante dos prefeitos e das regiões de estar apresentando pleitos informando que as empresas têm diminuído muito o seu atendimento, a sua grade de operação por conta desses valores, por conta desses desequilíbrios. A demanda tem caído muito e a gente usa a expressão, eles usam a expressão de ficar batendo lata.

Então, em vez de você ficar circulando com o ônibus vazio durante um grande período, as empresas têm muito solicitado à Artesp que refaça e reautorize as grades operacionais, as grades de horário dessas empresas, porque elas prestam serviços entre municípios e muitas pessoas precisam desse transporte.

Então nós temos negociado bastante com as prefeituras, temos negociado bastante com o sindicato, com as empresas, para que elas mantenham, independente dessa queda de demanda que elas têm apontado, e a gente também tem registrado isso, nós estamos já em um processo de equiparação, nós estamos já identificando um aumento nessa demanda.

Tem sido trabalho da Artesp de trazer esse entendimento com as prefeituras, com as empresas, com o governo estadual, para que a gente traga melhor aproveitamento dessa grade, para que a empresa também não fique circulando vazia fora dos horários de pico, ou mesmo dentro do horário de pico, ela tenha uma redução na sua grade. A gente está propondo várias vezes em propor só dois horários de manhã, dois horários à tarde.

Esta semana, na sexta-feira, nós tivemos um encontro grande com várias prefeituras. Uma das soluções que foi apontada foi essa, de diminuir a grade de horários de atendimento, mas não eliminar. As empresas também têm pedido muito para que a gente elimine esses transportes menores, das cidades menores.

A Artesp tem se esforçado, o Governo do Estado tem se esforçado muito para manter isso, muito diálogo com as empresas, que a gente pudesse não eliminar, porque a gente sabe que o transporte é importante, o transporte é necessário, principalmente nessas cidades pequenas. Você tem a ligação entre os municípios, ela se faz, talvez em alguns momentos ela seja o único meio de se transportar, a não ser com carro próprio. Ele não tem outra opção, não tem bicicleta, não tem moto, tem situações em que essas ligações não são possíveis.

Então nós estamos buscando bastante esse entendimento e nós estamos buscando também, deputado, talvez um novo modelo de licitação. Está se pensando em novo modelo, em trazer três, quatro ou cinco lotes que vão ser divididos ao longo do estado de São Paulo para poder trazer essas empresas para esses lotes e atender a todas essas ligações.

Mas para isso acontecer nós precisamos de um grande estudo, precisamos de um grande cenário técnico, apresentar todas essas demandas, trazer para um grande momento técnico de entender quais são essas ligações, quais são essas empresas, quais são as suas origens, as suas demandas, os seus destinos, quantidade de passageiros, enfim, é um grande trabalho que, na época da pandemia, ficou muito prejudicado, então nós tivemos um ano sem a possibilidade de trazer esses estudos.

A Artesp está contratando a ANTP, que é uma agência nacional de transportes públicos, para nos ajudar nessa obtenção desse cenário, para que a gente possa estudar

uma nova licitação para os ônibus intermunicipais, que atendam melhor o Governo do Estado e o usuário. Não o governo, mas o usuário. Então o principal interesse do governo é atender o usuário dentro desse novo modelo de licitação.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Esses estudos que vocês fizeram, anteriores ao reajuste de tarifa, e, também, de origem e demanda para reorganizar as rotas, eles são públicos, poderiam ser mandados para a Assembleia?

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Sim, sem dúvida. Lógico, eles estão disponíveis sim, a gente disponibiliza esses estudos, as planilhas de custo que nos levaram a publicar esses dois itens, esses dois índices de reajuste, de 10 e 15 por cento.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Entendido. Então se o senhor puder enviar para o presidente Rafa Zimbaldi, depois acho que ele disponibiliza para os colegas da Casa, por favor.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Está bom. Eu até poderia ter trazido, foi uma falha nossa, porque eu tenho pronto já essa apresentação que nós fizemos para o próprio secretário de Transportes, para o governador, com relação aos índices ofertados. Então eu tenho isso.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Obrigado, deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar sem som.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Obrigado, presidente. Cumprimentar V. Exa. - sem som não funciona -, presidente desta comissão, deputado Rafa Zimbaldi, cumprimentar o nosso secretário Milton Persoli, agradecendo a presença aqui. E dizer, secretário, vários deputados aqui foram na mesma linha, na questão dos pedágios.

A população cobra muito, e é um sofrimento a mais o valor dos pedágios, praças de pedágios e, principalmente aqueles que, de forma inesperada, todos nós temos situações muitas vezes até em nossa família, e de forma inesperada alguém é acometido com um diagnóstico médico, onde ela recebe o diagnóstico de que está com o tumor, está com câncer, e precisa fazer o tratamento.

Não basta apenas essa notícia trágica, e aí vem todo aquele drama de tratamento, quimioterapia, radioterapia, enfim, e muitas vezes viagens que ela precisa fazer para esse tratamento oncológico

E há uma indicação nossa, já tenho feito, já fiz essa conversa com o governador, para que possa haver isenção para essas pessoas que já estão sofrendo um abalo tão grande, não só emocionalmente, mas fisicamente, através da sua saúde, e agora também economicamente.

Tenho certeza de que a Artesp poderia dar um parecer para que nesses contratos, de alguma forma, pudesse fazer a isenção a esses pacientes oncológicos.

Uma outra questão que eu quero aqui passar ao secretário, é a questão da rodovia Emerenciano Prestes de Barros, a SP-97, que liga Sorocaba à cidade de Porto Feliz. Desde 2016 nós temos lutado muito para que essa rodovia seja duplicada.

Hoje, em Sorocaba, nós temos dois bairros ali, o Carandá e o Altos do Ipanema, que somam mais de 20 mil famílias. Nos últimos anos, no período de sete anos, foram 93, mais de 90 acidentes naquela rodovia, mais de 23 pessoas já morreram ali, sofreram óbito.

Enfim, há um trânsito intenso, e até agora nós não temos notícia nem de projeto, nem de duplicação.

Eu gostaria de saber se o secretário tem conhecimento da SP-97, que fica lá, que liga Sorocaba a Porto Feliz, se tem conhecimento, e quanto a essa questão também dos pacientes oncológicos, é uma luta nossa, que nós queremos defender essas pessoas que já sofrem tanto, para que possam ter pelo menos um pouquinho a sua dor amenizada, com uma isenção e com uma sensibilidade do governo, uma sensibilidade do poder público, de amenizar a sua dor nesse momento tão difícil, dando a elas, no mínimo, a isenção do pedágio.

Apenas isso, secretário, se puder nos responder, ficaria muito grato.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Oi, deputado, boa tarde, prazer em conhecê-lo. Temos a oportunidade de falarmos, mas, vamos lá.

Sorocaba e Porto Feliz. Porto Feliz está sendo parte integrante de um acordo que nós, o governo do estado está celebrando com o grupo CCR.

Os contratos vêm apresentando, ao longo desses anos todos, últimos 10, 15 anos, esses contratos mais antigos, deputado, eles vêm apresentando uma série de equilíbrios, e equilíbrios que estão sendo negociados e discutidos, inclusive juridicamente.

Então, tem itens que a concessionária entende que ela tem direitos, tem itens que a concessionária, que nós entendemos que ela não tem direito ao reequilíbrio, itens que são já deliberados favoráveis a esses equilíbrios, já reconhecidos pelo governo.

Então, tem diversas situações que vêm se arrastando ao longo desses, principalmente desses 10 últimos anos, 10, 15 últimos anos.

O governo do estado tomou uma decisão de trazer um acordo. Então, nós estamos celebrando um acordo com o grupo CCR, nesse primeiro momento, e celebrando um acordo com o grupo Ecovias.

Então, nesses dois acordos estão sendo trazidos todos esses processos, estão sendo reconhecidos e enfrentadas todas essas discussões.

No caso específico da SP-097, a duplicação será feita nesse acordo. Então, já está aprovado pelo governador, já está aprovado pela CCR. A CCR vai incluir, no acordo dela, essa duplicação, sem custo para o estado.

Então, isso fez parte integrante do acordo. E quando se celebraram as bases desse acordo, o grupo CCR indicou que estaria, essa obra de duplicação, sem custo para o estado, por parte integrante do acordo. Então, isso já está lá.

O prazo de executar o projeto funcional, porque não se tem projeto desse tamanho. Quando você faz uma duplicação, deputado, o senhor vai tirar espaço de alguma área hoje, precisamos entender se essa área é uma área da rodovia, se é uma área particular, se é uma área ...

A principal dificuldade que se tem num projeto de duplicação é a identificação dessas áreas. Quando o senhor vai tirar, o senhor está tirando de uma área de onde? Ela é municipal, essa área é particular? Essa área é parte do domínio da rodovia?

Então, quando você faz a duplicação, a maior dificuldade, nesse primeiro momento, é a identificação desse item, porque o restante do projeto é mais fácil de fazer.

E outro item que é um pouquinho, que acaba trazendo um pouquinho de mais dificuldade, são os licenciamentos ambientais. Não estou dizendo que essa rodovia está com essa dificuldade. Confesso que a gente pode levantar inicialmente com a

concessionária, eu me comprometo a trazer a concessionária para falar com o senhor, para poder abastecê-lo.

Mas, por experiência, os licenciamentos ambientais também são grandes. Quando você faz uma ampliação, você pode se deparar com uma massa arbórea grande, uma área bem grande, você tem que cortar essa área, você tem que compensar essa área. Então, é outra dificuldade que atrasa um pouco essas obras de duplicação.

A parte de projeto e a parte de execução são a parte técnica que é mais rápida de ser feita.

Então, os dois itens que estão sendo trazidos para essa primeira análise, que vai lhe dar uma posição de tempo, é essa primeira, esse levantamento preliminar, do que a gente tem de área, onde é que essa ampliação está sendo solicitada, se é do lado da rodovia, se é do outro lado, se é mais fácil, se a gente tem domínio de um lado, se tem domínio do outro, quais são as interferências.

Então, esse levantamento preliminar está fazendo parte desse estudo. Mais, o que eu acho mais importante é a decisão tomada. O tempo vai ser rápido, porque o governador e a própria concessionária têm interesse em que esse acordo seja celebrado rapidamente, e seja cumprido para ela.

Então, isso faz parte desse acordo, então deve sair, eu não posso lhe precisar o prazo, mas não vai ser tão longo esse prazo, não.

Com relação ao segundo pedido que o senhor nos falou, seria a ...

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Isenção para pacientes oncológicos.

O SR. MILTON RUBENS PESOLI - O senhor tem um PL, o senhor tem algum PL nesse sentido? Já foi feito algum PL nesse sentido?

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Não, não cabe. O PL ficaria inconstitucional. Isso cabe à decisão do governo.

Se eu fizesse um projeto de lei, seria inconstitucional. Já ia ser do governo esse tipo de ação. Eu tenho indicação.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Hoje nós temos, contratualmente, nós temos alguns itens que fazem condição da isenção. Nós estamos, nos contratos novos,

inclusive tem uma dificuldade porque a isenção está sendo dada só para veículos estaduais, não municipais.

Também as prefeituras hoje estão reclamando um pouco, porque, nos contratos novos, por exemplo, a Eixo. A eixo é só para isenção de veículos estaduais. Municipais não têm. Então, os veículos pertencentes ao município não terão isenção, os veículos oficiais.

Então, o nível de isenção é muito pequeno nos contratos. Nós precisamos estudá-la, precisamos trazer qual é a forma jurídica de se obter essa isenção. Eu acho que não é difícil, dependendo do caso, dependendo de caso a caso, dependendo de cada realidade, de cada concessionária, de cada rodovia.

A gente pode pensar assim, não é totalmente desconsiderada essa possibilidade. Eu acho que serão bastante restritivas as isenções, mas é possível, sim, que em casos extremos, isso seja concedido, sim, através de uma análise técnica e jurídica.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Muito obrigado. Estamos à sua disposição.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Obrigado, Milton. Obrigado, presidente.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Eu tenho um débito com o senhor, de poder trazer informação para SP-97.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Da CCR. Correto.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - É, nós vamos fazer isso tudo.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - O Fernando está aqui, a Artesp está aqui, a gente vai marcar uma reuniãozinha rápida com eles, com o senhor, para deixarem clara a ideia que ele tem, rapidamente o senhor pode se ambientar, e ter a informação.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Agradeço. Em tempo, presidente, o deputado André do Prado, não sei se está aqui ainda, mas na abertura o senhor colocou uma foto do deputado André do Prado e o prefeito de Carapicuíba.

Acho que ele acabou falando bastante da Mogi, e não falou da demanda lá, do acesso, que foi tratado naquela reunião. Se o senhor tem alguma novidade que também dá lá na região de Carapicuíba, o trecho ali, perto da Granja Viana.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Do shopping, o senhor diz? Perto do shopping?

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Isso, perto do shopping.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Nós estamos estudando. Eu levanto rapidamente e dou uma posição para o senhor.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Por favor.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Bom, agradeço ao deputado Carlos Cezar.

Só para registrar aqui um ofício do deputado Adalberto Freitas, mandando os cumprimentos ao Dr. Milton. No texto diz que gostaria de cumprimentá-lo pelo excelente trabalho que o senhor vem desenvolvendo à frente da Artesp, em benefício do estado de São Paulo, enfrentando o desafio imposto pela pandemia, que exige implementação de projetos que busquem o equilíbrio econômico-financeiro, para retomada do crescimento da economia.

Então, agradeço ao deputado Adalberto Freitas aqui. Eu passo o ofício ao Dr. Milton, o deputado Adalberto Freitas cumprimentando.

Eu quero, Dr. Milton, ainda em tempo, 16 horas e 15 minutos, aproveitar a nossa reunião pública aqui para, sei que V.Exa., o senhor já tem se debruçado muito a uma solicitação nossa, da cidade de Campinas, referente aos dois maiores distritos do País, distrito do Ouro Verde, distrito do Campo Grande.

É uma luta que nós iniciamos, desde 2008, pela criação dos distritos, pela instalação dos cartórios, que o Tribunal de Justiça já encaminhou para esta Casa os projetos referentes à criação dos dois cartórios.

Nós temos a demanda da alça de acesso para a rodovia dos Bandeirantes, que não é, necessariamente, rodovia dos Bandeirantes, mas, sim, Adalberto Panzan, que liga a Anhanguera até a rodovia dos Bandeirantes.

Então, mais uma vez, aproveitar esta reunião pública para solicitar o empenho do senhor, como presidente, mas também de toda a diretoria, de toda a equipe técnica da Artesp, para que a gente consiga essa tão sonhada alça de acesso o mais rápido possível.

O SR. MILTON RUBENS PERSOLI - Obrigado.

Nós temos um compromisso firmado com o senhor, de buscar essa solução, buscar esse entendimento.

Nós levamos isso ao conhecimento do nosso vice-governador. Levamos ao conhecimento junto ao próprio prefeito de Campinas essa intenção, porque isso também está afeito à prefeitura de Campinas. A gente está buscando trazer isso rapidamente para uma decisão.

O governador já nos deu sinal verde, para que a gente continue nessa linha desse entendimento, por que qual está sendo o papel da Artesp, nesse aspecto? É trazer todos os "players", que a gente chama, que são diretamente responsáveis pelas decisões, o senhor, a prefeitura, a concessionária, a Polícia Rodoviária, a Câmara Municipal, enfim, todos os que estão diretamente ligados a esse assunto, para um entendimento e para uma decisão.

Então, é isso que o governador nos pediu. Há menos de 30 dias nós tivemos a reunião com ele, falando sobre esse aspecto, sobre esse assunto. Ele nos deu sinal verde, "Milton, prossiga, por favor, nessa linha, de trazer todos esses 'players' para essa conversa, a pedido do deputado, e o senhor vai fazer parte dessa reunião técnica, que a gente está promovendo, principalmente com as áreas técnicas, que é da Artesp, concessionária, a sua assessoria e a prefeitura de Campinas".

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Muito obrigado, Dr. Milton. Agradeço a sua disposição em estar conosco. Agradeço a todos os deputados que estiveram conosco até agora, final desta importante reunião.

Agradeço a disposição de todos os técnicos que nos acompanharam, da Artesp, o Fernando, Marchesi, que nos acompanharam aqui, e colocando aí o nosso trabalho à disposição, lembrando aos nobres deputados que na próxima semana nós teremos a oitiva do coronel Nyakas, indicado para a diretoria de operações.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então, solicito aí a presença dos deputados, para que nós possamos ter quórum, visto que o nosso prazo é até dia 30 de setembro, para votação em plenário. Por isso, a importância de nós ouvirmos o coronel Nyakas, e depois encaminhar para a Presidência da Assembleia Legislativa, para aprovação.

Obrigado a todos. Uma boa tarde.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *